

E DUCAÇÃO E
F ORMAÇÃO DE
A DULTOS



CIDADANIA E EMPREGABILIDADE

B3

MANUAL DO FORMANDO

FICHA TÉCNICA

Título

Cidadania e Empregabilidade (B3)

Autor

Consultua - Ensino e Formação Profissional, Lda

Colecção

Educação e Formação de Adultos (EFA)

Direcção

Rita Messias

Coordenação

Sónia Romano

Consultoras

Olívia Santos Silva

Ana Margarida Ribeiro Costa

Investigadora

Tatiana Varela

Design e Imagem

MESTRECLIQUE - Sistemas de Informação, LDA.

Impressão

Servimira

Local e data de edição

Mirandela, 2007 (1ª edição)

ISBN

.....

Depósito Legal

.....

Tiragem

...

NOTA INTRODUTÓRIA

A formação e a educação das populações são sempre o primeiro passo para qualquer estratégia de desenvolvimento, como tal assume-se como uma missão para a Consultua.

Segundo dados do INE 2001, cerca de 75% da população da Região de Trás-os-Montes tinha uma escolaridade inferior ao 9º ano. Neste contexto, era urgente o aumento da qualificação da população. A Consultua, conhecedora dos principais constrangimentos da região, desenhou um plano estratégico de intervenção que visava, maioritariamente, o público pouco escolarizado.

Os cursos de Educação e Formação de Adultos (vulgo EFA), demonstraram ser uma resposta adequada, verificando-se uma grande receptividade do público-alvo a este modelo que rompia com a tradição da formação profissional, pelo que tem sido uma aposta central nos projectos formativos da Consultua, desde 2001.

Desta forma, houve uma grande aposta na especialização e investimento da entidade em termos de formação dos seus técnicos, com vista a responder a este desafio com elevado grau de qualidade.

Com o reconhecimento e Acreditação da Direcção Geral de Formação Vocacional (EX-ANEFA), como Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), actualmente designado Centro Novas Oportunidades (CNO), a Consultua manteve este objectivo estratégico, transformando-o no seu vector principal de actuação.

Como resultado desta actuação e especialização e consequente Know-How por parte da sua equipa técnica, aliado à preocupação constante em promover a inovação e melhoria das práticas pedagógicas, surge o desenvolvimento do projecto de construção de materiais pedagógicos .

O eixo central deste projecto são os materiais de apoio à educação de adultos, elaborados com respeito pelos princípios de educação de adultos e segundo a metodologia própria deste modelo.

Salientamos que a concretização deste projecto só foi possível, devido à entrega, empenho, dedicação e profissionalismo de todos os que contribuíram para a sua realização. Dirigimos a todos, sem excepção, o nosso sincero reconhecimento e gratidão pelo esforço demonstrado.

A Direcção

APRESENTAÇÃO DO MANUAL

A QUE NECESSIDADE VISA DAR RESPOSTA

Sendo a Educação e Formação de Adultos um dos projectos centrais da Consultua em que o desenvolvimento das acções tem por base uma metodologia inovadora, exige por parte das equipas formativas, uma grande preparação pedagógica para a sua implementação. Tendo em conta a escassez de materiais desenvolvidos para esta modalidade de formação, a criação destes materiais visa apoiar as equipas que actuam na área da educação de adultos, dando pistas e orientações para a implementação desta metodologia. Importa referir a necessidade de contextualização e adequação a cada grupo, no entanto, podem ser usados como instrumentos de trabalho, quer ao nível dos cursos de Educação e Formação de Adultos, bem como nas formações complementares no âmbito dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, para o aperfeiçoamento de competências ou mesmo como ferramentas de auto-formação.

Por outro lado, pretende-se também proporcionar ao adulto/formando a centralidade no processo de desenvolvimento de competências na área da Cidadania e Empregabilidade, para que, de forma autónoma, ou em situações de formação, possa “*aprender, fazendo, a fazer o que não sabe fazer*”. (Meirieu, 1996)

A concepção e redacção do manual de Cidadania e Empregabilidade para o nível B3, é da responsabilidade da formadora Tatiana Varela, com larga experiência como formadora de Cidadania e Empregabilidade e mediadora em cursos EFA, apoiada pela equipa de Consultoras, Olívia Santos Silva e Margarida Ribeiro. Os conteúdos presentes no manual são o resultado de anos de reflexão, pesquisa e dedicação à educação de adultos, resultando em documentos, na maior parte dos casos, inéditos e fruto da sua criatividade e do domínio da metodologia.

OBJECTIVOS DO MANUAL

O presente manual tem como objectivos:

- Aperfeiçoar as competências ao nível de temas do universo contextual na sociedade plural que é a Europa, tendo em vista a sua progressão escolar para o nível B3;
- Incentivar a reflexão dos adultos em torno de situações do quotidiano, a partir do lançamento de desafios e propostas de trabalho, com vista à aprendizagem por competências;

- Apoiar as equipas formativas na planificação de sessões, construção de materiais contextualizados e verificação de aprendizagens, seguindo a metodologia própria da educação de adultos, facilitando o desenvolvimento de competências na área da Cidadania e Empregabilidade nível B3;
- Facilitar o seu manuseamento e utilização por parte dos adultos, possibilitando o desenvolvimento da autonomia, iniciativa, capacidade de pesquisa, aquisição de saberes e sua mobilização, permitindo um percurso formativo colectivo e em simultâneo individual;
- Apoiar os adultos que, de forma autónoma, pretendam desenvolver competências nesta área, servindo de instrumento de apoio, auto-avaliação e validação das aprendizagens, com vista à sua certificação para o nível B3;

PÚBLICO- ALVO

Os destinatários deste manual podem ser:

- Formandos que se encontrem a frequentar cursos de Educação e Formação de Adultos ao nível do B3, mediante as devidas adequações e adaptações às necessidades específicas de cada grupo. Os materiais do manual poderão servir para apoiar as equipas formativas na planificação, construção dos materiais devidamente contextualizados e verificação das aprendizagens;
- Formandos das acções de curta duração, no âmbito do despacho nº 99937/2007, ao nível das formações complementares para a certificação de competências, pelo processo de RVCC, para o nível B3;
- Adultos que se encontrem no processo de certificação de competências e que, de forma autónoma, pretendam validar, aprofundar as suas competências, com vista à certificação de nível B3.
- Formadores que integram as equipas pedagógicas dos cursos EFA, dos CNO ou das Acções de Curta Duração.

COMO ESTÁ ORGANIZADO O MANUAL

O manual inicia com a **Nota Introdutória**, na qual se fundamenta a necessidade do presente projecto. De seguida, e com o intuito de precisar a sua intencionalidade, são apresentados os objectivos do manual de Cidadania e Empregabilidade, o público-alvo e a sua organização.

Entrando já no corpo deste recurso, apresenta-se um **Roteiro** que tem como propósito orientar o seu utilizador, no manuseamento do mesmo e na apropriação da sua estrutura,

bem como na lógica técnico-pedagógica associada à mesma.

Logo de seguida e de forma a obter uma visão transversal do conteúdo do manual, surgem os **Quadros Orientadores**, auxiliares que conduzem à leitura horizontal de cada uma das actividades propostas no manual.

Inicia então o **Tema de Vida - Comunidade**, acoplado à Unidade de Competência **A** juntamente com um conjunto de **Desafios e Propostas de Trabalho**. Finalizada a abordagem ao Tema de Vida, o adulto é convidado a iniciar um processo de reflexão, procedendo à sua **auto-avaliação**.

Segue-se o **Tema de Vida – Trabalho, Profissão e Emprego**, acoplado à Unidade de Competência **B** estruturado a partir de um conjunto de **Desafios e Propostas de Trabalho**. No final, o adulto é novamente convidado a iniciar um processo de reflexão, procedendo à sua **auto-avaliação**.

Esta estrutura repete-se ao longo dos Temas de Vida **Direitos Humanos** (aborda a Unidade de Competência **C**) e **Saúde** (aborda a Unidade de Competência **D**).

A cada passo que o adulto se coloca perante os desafios é remetido para a secção **Utilitários** onde encontrará uma bateria de documentos que poderão auxiliá-lo perante a dificuldade ou simplesmente que poderão ajudá-lo a completar o seu entendimento.

Por fim, a secção das **soluções** poderá ajudar o adulto a confirmar as suas ideias e raciocínios, já que na maior parte dos casos são meras orientações e sugestões.

O manual conclui com a apresentação da **bibliografia** que esteve por detrás da concepção do manual de Cidadania e Empregabilidade para o nível B3.

AO ADULTO/FORMANDO/CIDADÃO

SÓNIA ROMANO

A equipa pedagógica da Consultua traz à luz do dia um conjunto de materiais pedagógicos criados especialmente para si, um adulto com experiência de vida, com interesses, com preocupações, com motivações, com valores e crenças.

De uma forma geral, pretendemos que, através dos Desafios e das Propostas de Trabalho, possa reflectir sobre assuntos complexos, participar na formulação de opiniões, resolver problemas, envolver outros participantes e, claro, desenvolver competências pelo caminho.

Participar activamente no seu processo de formação, ou de auto-formação, é o objectivo desta construção pedagógica. Pretendemos que estes recursos lhe permitam aprender a aprender, saber-fazer, saber-ser, mas também, e sobretudo, querer-fazer.

É igualmente nossa pretensão que esta experiência lhe permita uma melhor preparação para fazer face aos desafios futuros. Queremos participar no seu desenvolvimento...

Roteiro

ROTEIRO

Este conjunto de materiais tem por base o Referencial de Competências-Chave da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).

Desenvolve-se em torno de quatro Temas de Vida:

- Comunidade
- Trabalho e Emprego
- Direitos Humanos
- Saúde

Trabalha o nível B2 (básico 3) e, dentro deste, as Unidades A, B, C e D da Área de Competência Cidadania e Empregabilidade.

Elementos estruturantes:

A

CIDADANIA E EMPREGABILIDADE

B3

Tema de Vida: Comunidade



DESAFIO

Podemos hoje viver fechados na comunidade?

FAMÍLIA NA ESCOLA

ATENÇÃO AOS COMPORTAMENTOS!



Fig.1



Fig.2



Fig.3

No seu entender, que problemas de comportamento pretendem ilustrar, respectivamente, as figuras 1, 2 e 3?

Nesta barra indica-se a área de Competência, o Tema de Vida que lhe está associado e o nível.

O desafio antecede a proposta de trabalho e aparece em forma de questão, a questão geradora. Este espaço pretende levar à reflexão sobre a realidade em causa, convida-nos a problematizar, interrogando.

ilituc

Roteiro

B

PROPOSTA DE TRABALHO

VIVÊNCIAS DE COMUNIDADE(S)

Uma comunidade é constituída por um conjunto de pessoas que vivem juntas e que partilham condições básicas de uma vida em sociedade. Assim, no seio de uma mesma sociedade podem existir diferentes comunidades, com hábitos e costumes também eles diferentes. Descubra através do testemunho de Anastácia...

Concluído o desafio, apresenta-se a Proposta de Trabalho

CE2A2 / SER SENSÍVEL ÀS IDEIAS E PONTOS DE VISTA DOS OUTROS

Nesta barra, indica-se a Unidade de Competência trabalhada, bem como o número que corresponde ao critério de evidência subjacente à proposta de trabalho.

Explicitação do critério de evidência trabalhado.

C

Pode também fazer uma pesquisa na Internet (consultar **UTILITÁRIOS - DOC. 1**) de mais informação ou de imagens de alguma das zonas e monumentos da cidade anteriormente revisitados. Para isso poderá visitar alguns dos seguintes sites: <http://lisboa.Kpnqwest.pt/p/cidade/cidade.html> e www.cm_lisboa.pt

Remete para a secção Utilitários que corresponde a uma bateria de documentos que auxilia na realização das propostas de trabalho.

REFLECTINDO...

As regiões do nosso país têm tradições e modos de vida característicos, razões que as tornam únicas e tão especiais para os filhos da terra...

Estas tradições e modos de vida também estão a mudar com a evolução dos tempos. Segundo os mais antigos..."mudam-se os tempos, mudam-se as tradições..."

Espaço de conclusão e síntese da proposta de trabalho realizada..

D

Confirme as suas respostas na secção **SOLUÇÕES**

Indicação que aparece em algumas propostas de trabalho e remete para a secção das soluções que, na maior parte dos casos, são meras sugestões.

Roteiro

E

INSTRUMENTO DE REFLEXÃO E AUTO-AVALIAÇÃO

No final de cada unidade de competência é apresentado um instrumento para reflectir sobre o percurso efectuado e para auto-avaliar as competências aprofundadas e/ou adquiridas.

Terminada esta unidade, chegou o momento de fazer um balanço das competências que adquiriu e/ou aprofundou e reflectir sobre a sua evolução. Reveja o seu percurso e sirva-se do instrumento que lhe propomos para se autoavaliar, colocando uma cruz no ponto em que se encontra e, no final, identificando as suas dificuldades para as poder superar.

Unidade de Competência	Competências		Sim	Em parte	Ainda não		Muito	Pouco	Muito pouco
CE2A Competências para trabalhar em grupo.	• Exprimo ideias e opiniões para os outros participantes num grupo.	ADQUIRI e/ou APROFUNDEI COMPETÊNCIAS? ...				COMO EVOLUI? ...			
	• Sou sensível às ideias e pontos de vista dos outros.								
	• Defino métodos de trabalho em comum.								
	• Conheço o papel do Estado na protecção de direitos e liberdades.								
Principais dificuldades:									

Intencionalidade do manual:

O presente manual poderá ser usado em diversos contextos formativos como são os cursos EFA, os Centros Novas Oportunidades ou como instrumento de apoio a iniciativas de autoformação, processo no qual a figura de um tutor é fundamental.

QUADRO ORIENTADOR

TEMA DE VIDA – COMUNIDADE									
NÍVEL	UCOMP.	CRIT. EVID.	QUESTÕES GERADORAS	PROPOSTAS DE TRABALHO		UTILITÁRIOS			
				DESAFIO	ACTIVIDADE				
B3	A	1	Podemos hoje viver fechados na comunidade?	Família na escola	Que fazer perante os comportamentos problemáticos das crianças?	Doc.1 - Manifestações Comportamentais			
							Conciliação de interesses da comunidade	Gerir interesses de um grupo	Doc.2 - Dinâmica de grupos
		2,3,5	Viver em comunidade – para o bem e para o mal?						
		4,5	O que tem vindo a mudar nas nossas comunidades?						

QUADRO ORIENTADOR

TEMA DE VIDA – TRABALHO E EMPREGO						
NÍVEL	U _{COMP.}	CRIT. EVID.	QUESTÕES GERADORAS	PROPOSTAS DE TRABALHO		UTILITÁRIOS
				DESAFIO	ATIVIDADE	
B3	B	1,6	(Des)emprego: que novos desafios nos são colocados?	Desafios profissionais que se impõem	Ser pró activo	<p>Doc.3 - Onde se esconde o emprego?</p> <p>Doc.4 - Como aproveitar o desemprego?</p>
			2,5,6	Como podemos responder às exigências impostas pelo mercado de trabalho?	Empregabilidade e(m) mudança	Por minha conta e risco
		3	O emprego é um bem cada vez mais escasso: o que está ao nosso alcance?	Procura e oferta de emprego	Resposta a um anúncio de jornal	Doc.7 - Requisitos de resposta a um anúncio de jornal
		4	Que direitos e deveres devem ser garantidos?	Organizações sociais e emprego	Legalização de imigrantes em Portugal	Doc.8 - Autorização de Permanência (Decreto-Lei nº4/2001)

QUADRO ORIENTADOR

TEMA DE VIDA – DIREITOS HUMANOS						
NÍVEL	UComp.	CRIT. EVID.	QUESTÕES GERADORAS	PROPOSTAS DE TRABALHO		UTILITÁRIOS
				DESAFIO	ACTIVIDADE	
B3		1,2	Direitos: quem os garante?	Saúde e cidadania	Direitos e deveres do utente	Doc.9 - Carta dos Direitos e Deveres do Utente
		3,5	A Declaração Universal dos Direitos Humanos será realmente respeitada?	Direitos Humanos e Violência Doméstica	Violência silenciada	Doc.10 - Protecção legal de mulheres vítimas de violência Doc.11 - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
		4	A sociedade exige reasumir direitos?	Sociedades e inovação tecnológica	A vida em directo...	_____
		5	Por que foi preciso declarar os Direitos Humanos?	Direitos Fundamentais	Reconhecer novas formas de escravatura...	Doc.12 - Declaração Universal dos Direitos do Homem Doc.13 - As apostas do governo no combate ao tráfico de pessoas

QUADRO ORIENTADOR

TEMA DE VIDA – SAÚDE						
NÍVEL	UComp.	CRIT. EVID.	QUESTÕES GERADORAS	PROPOSTAS DE TRABALHO		UTILITÁRIOS
				DESAFIO	ACTIVIDADE	
B3	D	1	A saúde é também um dever?	Saúde e ambiente	Educar para o ambiente	Doc.5 - Técnicas de procura de informação à distância Doc.14 - Regras de elaboração de um cartaz
						2,3
		4	As doenças de hoje, que desafios nos colocam?	Saúde e integração social	Integrar para melhor viver	Doc.16 - O que é a Síndrome de Asperger?
		5,6	A saúde de todos, quem a garante?	Saúde e protecção ambiental	Prevenir para não remediar	_____

ÍNDICE

■ Família na escola	22
■ Conciliação de interesses da comunidade	29
■ Comunidades em mudança	37

**DESAFIO**

Podemos hoje viver fechados na comunidade?

ATENÇÃO AOS COMPORTAMENTOS!

FIG.1



FIG.2



FIG.3

No seu entender, que problemas de comportamento pretendem ilustrar, respectivamente, as figuras 1, 2 e 3?

Figura 1— _____

Figura 2— _____

Figura 3— _____

PROPOSTA DE TRABALHO**QUE FAZER PERANTE OS COMPORTAMENTOS PROBLEMÁTICOS DAS CRIANÇAS?**

As crianças manifestam vários comportamentos em casa e na escola que são, por vezes, incompreendidos por pais e professores. Para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais, pessoais e sociais das crianças é necessário, em primeiro lugar, que os educadores (pais e professores) estejam atentos, mostrem compreensão e favoreçam a adaptação progressiva e a aprendizagem de comportamentos mais ajustados por parte das crianças.

Após uma breve reflexão em torno de alguns dos comportamentos problemáticos das crianças, propomos-lhe, em seguida, que analise dois casos.

Caso 1

O Luís tem 6 anos. Sempre foi uma criança muito irrequieta, as suas professoras referiam muitas vezes aos pais que era bastante difícil manter a criança entretida, realizando actividades na sala.

Há uns dias, o professor chamou os pais para uma reunião na escola. Disse-lhes então que o comportamento do Luís impede o bom funcionamento da aula - levanta-se constantemente da cadeira e anda a passear pela sala sem permissão.

A mãe comenta que o filho sempre foi muito nervoso. Em casa, é praticamente impossível ler com ele uma história, ver um filme ou realizar actividades em que seja necessário estar sentado algum tempo. O Luís aborrece-se e tem de se levantar para fazer outra coisa qualquer. A mãe continua a dizer ao professor que o Luís tem muito bom coração e a pedir-lhe que tente compreendê-lo porque nem todas as crianças podem ser iguais. Ela é da opinião de que há que respeitar as diferenças entre as pessoas, e pede ao professor que não ralhe ou castigue o seu filho.

O professor diz então à mãe que teme pelo seu rendimento escolar, já que o Luís não faz os exercícios, não está atento e distrai-se com qualquer coisa. Para além disso, interfere nas tarefas dos outros alunos, interrompendo-os muito frequentemente.

O professor queixa-se bastante aos pais, pois ultimamente o seu comportamento está a provocar outros comportamentos desadequados noutros alunos.

Tema de Vida: Comunidade

Caso 2

O João tem 9 anos. Sempre foi uma criança bastante irrequieta e nunca foi muito bom aluno. Os pais tentaram ajudá-lo com professores particulares e fazendo com ele os deveres. Nos meses passados a situação piorou. Cada vez são mais frequentes os avisos da escola relativamente aos maus comportamentos na sala de aula. Contudo, o que mais tem preocupado os pais é o facto de desaparecerem objectos lá de casa e sabem que é o João que os rouba. Não são objectos de muito valor, mas os pais sentem-se desiludidos e enganados pelo seu filho.

Tentaram falar com ele para perceberem o motivo que o leva a agir assim, mas ele evita a conversa e nega que rouba. Os pais não compreendem porque é que ele se comporta assim, se não lhe falta nada e eles sempre tentaram dar-lhe tudo o que ele precisava.



Após debruçar-se sobre a leitura de cada um dos casos (1 e 2) faça uma análise descritiva dos seguintes aspectos, fundamentando sempre as suas afirmações:

a) Comportamentos de cada uma das crianças referidas que considera problemáticos, em casa e na escola.

Comportamentos problemáticos	Fundamentos
Caso 1	
Caso 2	

Tema de Vida: Comunidade


b) Reacção dos pais perante os comportamentos dos seus filhos.

Atitudes dos pais	Possíveis consequências
Caso 1	
Caso 2	

c) Atitudes assumidas pelos professores de cada uma das crianças.

Atitudes dos professores	Possíveis consequências
Caso 1	
Caso 2	

Tema de Vida: Comunidade

d) A partir da consulta dos  **UTILITÁRIOS - Doc. 1** , o que pode concluir acerca dos comportamentos manifestados por estas crianças? Poderão ser considerados, sob o ponto de vista clínico, problemas comportamentais? Apresente os respectivos argumentos.

Caso 1

Caso 2

Tema de Vida: Comunidade

REFLECTINDO...

A família e a escola, enquanto comunidades interdependentes, devem unir forças em prol do pleno desenvolvimento psicossocial das suas crianças e adolescentes. Perante manifestações comportamentais disfuncionais, pais e professores devem mostrar disponibilidade, flexibilidade e colaboração na modificação ou adaptação dos comportamentos das crianças e adolescentes, de forma a ultrapassar ou minorar os efeitos negativos desses mesmos comportamentos nos seus diferentes contextos de vida, actuais e futuros!

Confirme as suas respostas na secção  **SOLUÇÕES**



CONCILIAÇÃO DE INTERESSES DA COMUNIDADE

DESAFIO

Viver em comunidade – para o bem e para o mal?

“LÍDER SEMPRE PRESENTE”



Foto: DR

“LIDERAR PARA VENCER”



Foto: <http://english.people.com>



Foto: <http://imagecache2.allposters.com>

“A minha liderança toda a gente a sente, mas ninguém a vê”
(José Mourinho, 2003)

Tema de Vida: Comunidade

- Que comentário faz às palavras de Mourinho? O que quis dizer?

“Carismático, transformacional e emocionalmente inteligente”. Luís Lourenço [ex-jornalista e autor de uma tese de mestrado sobre a liderança de José Mourinho] traça em poucas palavras o perfil da liderança de Mourinho. Na sua actividade de treinador, essa capacidade para liderar reflecte-se no seu comportamento e nas suas atitudes.

http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://jpn.icicom.up.pt/imagens/desporto/mourinho.jpg&imgrefurl=http://jpn.icicom.up.pt/2007/03/24/mourinho_aprova_tese_sobre_a_sua_lideranca.html

- Faça um comentário ao perfil de liderança traçado por este ex-jornalista, Luís Lourenço, do treinador José Mourinho procurando identificar situações, comportamentos e atitudes no futebol que considera reveladoras da sua capacidade de liderança.

PROPOSTA DE TRABALHO

30

GERIR INTERESSES DE UM GRUPO

Operários em piquete na Rohde

Os cerca de 1300 trabalhadores da fábrica de calçado Rohde, em Santa Maria da Feira, que temem pela continuidade dos seus postos de trabalho vão permanecer este fim-de-semana em frente à unidade fabril para travar a saída de camiões com encomendas. Os operários que ontem cumpriram um dia de greve motivada pelo atraso do pagamento dos salários de Fevereiro, dizem não ter garantias que o valor dos camiões seja revertido para a actualização dos vencimentos. Por isso, optaram por organizar-se em grupos e permanecer em piquete no portão principal da fábrica.

Tema de Vida: Comunidade


“Não chega fazerem só contactos. Precisamos realmente de ajuda”, apelou Cristina Moreira, representante dos trabalhadores, referindo-se às conversações que as entidades governamentais têm mantido com a sede da empresa na Alemanha. Na prática, o único conselho que receberam foi deixarem sair um camião com encomendas para uma loja em Viseu, avaliado em 150 mil euros, de modo a permitir que a empresa tenha crédito para pagar aos trabalhadores. Contudo, e mesmo aconselhados a exigir um comprovativo que o dinheiro é pago antes de o camião sair de Santa Maria da Feira, os operários não cederam e acabaram por ficar mais unidos.

As dúvidas que têm quanto ao futuro da empresa, que apresentou esta semana um pedido de insolvência, são muitas. No meio das centenas de trabalhadores que ontem permaneceram em frente à fábrica o que mais se ouviu foram perguntas sem resposta: “Que garantias temos que o valor das encomendas vai servir para pagar os salários? E se o dinheiro é retido na Alemanha?”.

Para já as garantias que as entidades responsáveis podem dar são poucas e o futuro dos trabalhadores depende das negociações que estão a decorrer entre a banca e a multinacional alemã. O presidente da Câmara de Santa Maria da Feira, que recebeu um grupo de representantes dos trabalhadores e diz estar em contacto permanente com o secretário de Estado de Emprego, apenas apelou à “serenidade necessária” para que o diálogo continue. O autarca acredita que estão a ser feitos esforços para avançar no sentido da recuperação da empresa e comprometeu-se em conseguir na segunda-feira uma reunião com o Ministério da Economia para acompanhar a situação [...].

Enquanto o Executivo reuniu com a comissão de trabalhadores, do lado de fora dos Paços do Concelho apelava-se à união dos trabalhadores [...].

In, O Primeiro de Janeiro, 17 Março de 2007

 Após a leitura do artigo publicado pelo jornal O Primeiro de Janeiro é convidado a fazer uma reflexão em torno do fenómeno de liderança e a gestão de interesses de um grupo.

a) Que motivações comandam este grupo de operários nesta acção de vigília?

Tema de Vida: Comunidade

b) Faça uma descrição das acções desenvolvidas, ou em vias de aplicação para a resolução do conflito, apontando os seus autores.

Autores	Acções


32

c) De que forma considera que as acções levadas a cabo pelos trabalhadores foram tomadas? Quem decidiu?

Tema de Vida: Comunidade

d) “A liderança é a capacidade de orientar, guiar um grupo, no sentido da consecução dos seus objectivos [...]”

Identifique o tipo de líder do grupo de operários e, com base na consulta dos

 **UTILITÁRIOS - Doc. 2** caracterize o estilo de liderança que revela.

e) Posteriormente, e com base no mesmo documento de apoio, imagine as atitudes que poderia assumir se fosse o líder (autoritário, democrático ou liberal) destes trabalhadores nesta situação específica de crise e as respectivas consequências possíveis.

	Autoritário	Democrático	Liberal
ESTILOS DE LIDERANÇA			

Tema de Vida: Comunidade

	Autoritário	Democrático	Liberal
Consequências			

34

“As dúvidas que têm quanto ao futuro da empresa, que apresentou esta semana um pedido de insolvência [falência], são muitas”. [...]

“No meio das centenas de trabalhadores...o que mais se ouviu foram perguntas sem resposta...”

“Que garantias temos que o valor das encomendas vai servir para pagar os salários?”

“E se o dinheiro é retido na Alemanha?”

f) Que compromissos são estabelecidos pelas partes envolvidas na situação de crise que se vive na empresa?

Compromissos	
Trabalhadores	
Empresa	
Entidades do governo	

O que é o Conflito?

Com base ainda na consulta dos  UTILITÁRIOS - Doc. 2:

g) Caracterize o tipo de conflito vivido na fábrica Rohde, atendendo às características e resultados que revela.

Tema de Vida: Comunidade

h) Descreva a estratégia mais eficaz de resolver a situação de conflito desencadeada pela divergência de interesses entre os trabalhadores e os responsáveis da empresa.

REFLECTINDO...

No mundo do desporto ou no meio laboral as atitudes assumidas pelo líder do grupo são determinantes... não concorda?

Confirme as suas respostas na secção  SOLUÇÕES

**DESAFIO**

O que tem vindo a mudar nas nossas comunidades?

FAMÍLIA

Família é contexto natural para crescer.

Família é complexidade.

Família é teia de laços sanguíneos e, sobretudo de laços afectivos.

Família gera amor, gera sofrimento.

A família vive-se. Conhece-se. Reconhece-se.

Relvas. A.P. (2000) in O Ciclo Vital da Família

Na sua opinião, existe uma só família ou existem famílias? Argumente.

PROPOSTA DE TRABALHO**(CON)VIVER EM FAMÍLIA**

Em seguida, são apresentadas duas situações de natureza familiar, em que se verifica a oposição de ideias e interesses de pais e filhos, no que respeita a uma prática comum entre os adolescentes dos dias de hoje: a aplicação de piercings (objectos habitualmente metálicos aplicados em diferentes partes do corpo).

O argumento do buraco

Mariana, 17 anos, fez um *piercing* no umbigo. Não tinha autorização dos pais mas arranjou um estratagema para conseguir a assinatura da mãe (utilizando uma autorização para um passeio da escola) e o respectivo B.I. Fez o *piercing*; durante algum tempo conseguiu escondê-lo dos pais (era na barriga), com a cumplicidade da irmã de 16 anos. Fê-lo por razões meramente estéticas e teve o cuidado de escolher o local onde sabia que outras pessoas já tinham feito, prevenindo a possibilidade de infecções ou de riscos para a saúde. Mas sabia que mais cedo ou mais tarde teria de contar aos pais. Escolheu um dia em que estava no restaurante com a mãe, “porque num sítio público não ia haver gritos nem tanto stress”. Hoje já tem outro *piercing* e um documento assinado com os pais em como não fará mais nenhum. Os pais de Mariana acabaram por aceitar, até porque foram postos perante o acto consumado. Mas aproveitaram para negociar. O pai de Mariana acha que a história do *piercing* da filha significou um momento de fortalecimento das relações familiares: “É preciso ouvir os pontos de vista da ambas as partes, temos de ceder e conseguir um equilíbrio”.

Notícias Magazine, nº 627, 30 Maio 2004



Depois de conhecer a experiência da Mariana reflecta:

a) Apesar da Mariana ter feito o *piercing* sem o conhecimento dos pais ela contou com a cumplicidade da irmã de 16 anos.

Assinale em seguida, a(s) possível(eis) razão(ões) que terá(ão) levado a irmã de Mariana a tomar essa atitude:

- Possibilidade de “negociar” interesses comuns
- “Lealdade” de irmã
- Estar de acordo com a decisão da irmã
- Respeitar a decisão da Mariana, mesmo sem concordar
- Não gerar um conflito familiar

Tema de Vida: Comunidade

b) Imagine que era a irmã da Mariana e que não concordava com a decisão que ela tomou de fazer um *piercing*. O que faria nessa situação? Assinale com uma cruz (x) a sua opção.

- Respeitaria a sua decisão, deixando que ela decidisse contar aos pais
- Denunciava-a aos pais, porque achava que eles deviam impedir a filha
- Tentava fazer com que desistisse da ideia

Apresente argumentos que justifiquem a sua atitude nesta situação.

c) Imagine que era o pai ou mãe da Mariana. Como teria reagido perante “o acto consumado”?

d) “[...] Hoje já tem outro *piercing* e um documento assinado com os pais em como não fará mais nenhum [...]”. Esta foi a forma de os pais da Mariana lidarem com a situação. E você, no lugar deles como agiria?

“O corpo é meu”

A léguas de distância de realizar o seu sonho de fazer um *piercing* está Leonor, 16 anos. O pai mostra-se intransigente (intolerante) em relação a esta questão, como à de fazer

Tema de Vida: Comunidade

uma tatuagem. Embora pudesse contar com o apoio da mãe, Leonor mantém com o pai uma troca de mails altamente esclarecedora do conflito que os opõe. Escreve Leonor: “O corpo é meu, faço com ele o que quiser, ok? Não são 2 anos mais e B.I. que diz que atingi a maioridade (segundo o governo) que me vão alterar a mentalidade, logo fazer um piercing não faz mal nenhum. Piercing e notas não estão intimamente relacionados, ok? As doenças acontecem quando fazemos em sítios manhosos...e são feitos por pessoas manhosas...coisa que não é o caso...vida há só uma...temos que aproveitar para fazer aquilo que mais gostamos. Quanto mais dizes que não...mais a minha vontade de fazer se agrava [...]. Preciso de ter alguma motivação para continuar este ano de aulas [...]”. Mas vamos lá às respostas do pai: “O corpo é teu”: claro que é, mas não é razão para o mutilares. E fazer um piercing é mutilar o corpo.

Furar o corpo com um objecto estranho e deixá-lo lá não dá muita saúde. Não acredito que precisas de piercings para teres motivação na escola [...]”.

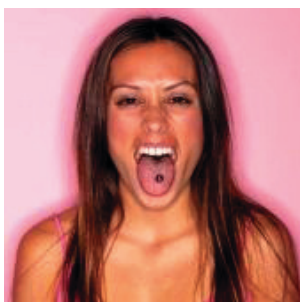
Sofia Barrocas, in Notícias Magazine nº 627, 30 Maio 2004



Reflecta agora sobre a história de Leonor...

Nesta situação também o acto de fazer um piercing é visto de forma diferente por pais e filhos. Que interesses se opõem? Que argumentos são usados? Assinale no espaço em baixo alguns dos possíveis interesses e argumentos usados por pais e filhos neste conflito.

INTERESSES



ARGUMENTOS

e) No caso de ser a mãe ou o pai de Leonor, como agiria nesta situação? Como procuraria resolver este conflito familiar? Imagine um possível diálogo entre si e o(a) seu/sua filho(a) e descreva-o em seguida.

REFLECTINDO...

Conforme é referido pela autora Relvas, A.P., a família é complexidade. Complexidade nas relações internas entre os seus membros e também nas relações que estabelece com o meio em que está inserida. Sendo as sociedades actuais sociedades de mudança, as famílias vêm-se também elas confrontadas constantemente com mudanças que nem sempre se sentem com capacidade de gerir ou mesmo de as compreender e aceitar. *“Mudam-se os tempos, mudam-se as mentalidades...”* Mas será que mudam mesmo...?

AUTO-AVALIAÇÃO

INSTRUMENTO DE REFLEXÃO E AUTO-AVALIAÇÃO

Terminada esta unidade, chegou o momento de fazer um balanço das competências que adquiriu e/ou aprofundou e reflectir sobre a sua evolução. Reveja o seu percurso e sirva-se do instrumento que lhe propomos para se autoavaliar, colocando uma cruz no ponto em que se encontra e, no final, identificando as suas dificuldades para as poder superar.

Unidade de Competência	Competências		Sim	Em parte	Ainda não		Muito	Pouco	Muito pouco	
CE3A Competências para trabalhar em grupo.	• Transmito conclusões.	ADQUIRI e/ou APROFUNDEI COMPETÊNCIAS?...				COMO EVOLUI?...				
	• Lidero um grupo.									
	• Estabeleço compromissos.									
	• Reconheço e respeito a diversidade dos outros.									
	• Resolvo interesses divergentes.									
Principais dificuldades:										

Aspectos que ainda posso melhorar:

ÍNDICE

■ Desafios profissionais que se impõem	46
■ Empregabilidade e(m) mudança	51
■ Procura e oferta de emprego	57
■ Organizações sociais e emprego	64

**DESAFIO**

(Des)Emprego: que novos desafios nos são colocados?

DESEMPREGADO MADE IN PORTUGAL

«O Joaquim, depois de dormir numa almofada de algodão *made in Egypt*, começou o dia bem cedo, acordado pelo despertador *made in Japan* às 6 da manhã. Depois de um banho com sabonete *made in Germany* e enquanto o café importado da Colômbia estava a fazer na máquina *made in India*, barbeou-se com a máquina eléctrica *made in Hong Kong*. Vestiu uma camisa *made in Sri Lanka*, jeans de marca *made in Singapore*, uns ténis *made in Korea* e um relógio de bolso *made in Swiss*.

Depois de preparar as torradas de trigo *produced in USA* na sua torradeira *made in India* e enquanto tomava o café numa chávena *made in France*, pegou na máquina de calcular *made in Mexico* para ver quanto é que poderia gastar nesse dia.

Depois de acertar o relógio pelo rádio *made in India*, ainda bebeu um sumo de laranja *produced in Israel*, entrou no carro *made in Italy* e continuou a sua busca por um emprego bem pago em PORTUGAL...

Ao fim de mais um dia frustrante, com muitos contactos feitos através do seu telemóvel *made in Finland*, Joaquim decidiu relaxar por uns instantes. Calçou as suas sandálias *made in Brasil*, sentou-se num sofá *made in UK*, serviu-se de um copo de vinho *made in Spain*, ligou a TV *made in Indonesia* e pôs-se a pensar por que não conseguia encontrar um emprego em PORTUGAL...»

Será que alguém poderá ajudá-lo a descobrir a razão?

Jornal de Notícias, Março 29, 2005

Como poderia ajudar o Joaquim?

PROPOSTA DE TRABALHO**SER PRÓ ACTIVO**

O desemprego é uma realidade bem conhecida da nossa sociedade, na medida em que tem atingido níveis elevados em Portugal, havendo ainda a tendência para aumentar. Algumas das razões principais são o despedimento colectivo de funcionários de fábricas de investimento estrangeiro, os fracos incentivos financeiros do governo português, a ineficaz e insuficiente colocação de licenciados, etc, etc...

Muitas destas pessoas desempregadas são surpreendidas por esta nova situação profissional e sentem-se, por vezes, “sem rumo”, sem saber o que fazer e como procurar emprego...

Do mesmo modo, qualquer pessoa que trabalhe pela primeira vez está em situação de desemprego e, por isso deve saber como procurar emprego...



Qual é a sua actual situação profissional?

Empregado

Desempregado (à procura de primeiro emprego)

Desempregado (à procura de novo emprego)

Reformado

48

a) Já esteve em situação de procura de primeiro emprego? Que funções desempenhou ou desempenha nesse local de trabalho?


- Em caso afirmativo, como procedeu para conseguir o seu primeiro emprego?

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

b) No caso de ser desempregado(a) ou conhecer alguém nessa situação o que deve fazer para encontrar emprego? Dê algumas sugestões.

- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

c) Imagine que se encontra na situação do Joaquim acima descrita e que, amanhã, vai ser mais um dia de procura de emprego.


Com base nas sugestões apresentadas nos  UTILITÁRIOS - Doc. 3 e também na sua escolha pessoal faça um plano para o dia de amanhã, enumerando todos os passos/procedimentos que se propõe realizar para procurar emprego.

Passos/Procedimentos de procura de emprego	
•	_____
•	_____
•	_____
•	_____
•	_____
•	_____
•	_____
•	_____
•	_____

d) Considere que, tal como o Joaquim, teve mais “um dia frustrante” em que não conseguiu sequer marcar uma entrevista de emprego, e que esta situação já se mantém por mais de um ano.

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

- De que forma poderá aproveitar esta situação de desemprego?

e) A partir da reflexão em torno das sugestões sobre como aproveitar a situação de desemprego, apresentadas nos  UTILITÁRIOS - Doc. 4 , refira a(s) que aceitaria preferencialmente.

REFLECTINDO...

O desemprego em Portugal tem aumentado significativamente nos últimos anos. Para esse facto muito têm contribuído os despedimentos colectivos de indústrias de origem estrangeira e as alterações a nível da função pública. A par dessas mudanças, constata-se falta de iniciativa, motivação e pró actividade numa grande parte da população portuguesa. O emprego, muitas vezes, não se encontra à porta de casa nem no vidro de uma loja da nossa rua, por vezes é necessário recorrer a outras formas de procura de emprego e arriscar!

**DESAFIO**

- Como podemos responder às exigências impostas pelo mercado de trabalho?
- O que é preciso mudar?

Porque não pensam em trabalhar por conta própria?

Porque não pensam em criar emprego em vez de estar à espera que as coisas vos venham cair aos pés? A Universidade não vos deu conhecimentos? Não se acham com a força toda para fazer fosse o que fosse se ao menos vos dessem uma oportunidade? Então porque não criar essa oportunidade? Porque não pensam em criar o vosso próprio emprego... Ao fim de algum tempo estão vocês mesmo a criar empregos para outros. Aí podem escolher se é pela média ou outras aptidões que vão escolher os vossos colaboradores. Mais... como as coisas estão agora, porque não se associam aos vossos colegas que também não conseguem encontrar emprego? Um conjunto de boas cabeças consegue muito. Portugal já provou e continua a provar que conseguimos inovar aos melhores níveis do mundo... o que falta é mais iniciativa. Culpa o nosso sistema de ensino onde parece que somos programados desde o início para trabalhar para outrem... parece que nunca sequer é posta a hipótese de criar o próprio emprego. Pensem nisso... por vós e pelo país.

<http://expressoemprego.clix.pt>

O que pensa desta ideia? Arriscaria criar o seu próprio negócio? Exponha as suas razões.

PROPOSTA DE TRABALHO**POR MINHA CONTA E RISCO****Única parafarmácia do distrito instalou-se em Moncorvo**

São já mais de 230 as parafarmácias existentes em Portugal, mas no distrito de Bragança há apenas uma, e não está numa das quatro cidades, mas em Torre de Moncorvo. Um conceito recente no nosso país, que parece estar a corresponder às necessidades dos habitantes daquela vila, desde Janeiro.

Paulo Jaloto decidiu avançar para a criação de uma parafarmácia em Torre de Moncorvo na esperança que as promessas do Governo fossem avante e as farmácias deixassem de estar restritas a licenciados em farmácia. [...] Mas o Governo cedeu aos poderes instituídos, diz o empresário, e a abertura total ficou de lado. “Adquiri lojas em Bragança e tinha a possibilidade de abrir em mais sítios. Mas devo ficar por aqui”, conta Paulo Jaloto, para quem a saúde “é um bom negócio, tem é de ser sério”.

Para além de negócios na área da saúde, este empresário, que chegou com cinco anos a Moncorvo, tem ainda investimentos na área alimentar, dos seguros, hotelaria e imobiliária. “...se o fizesse noutros sítios o retorno seria mais rápido”. E quando faz negócios em áreas que não domina, como a saúde, Paulo Jaloto dá parcerias a pessoas entendidas, como o fez na questão da parafarmácia, com a farmacêutica Mónica Santos, que é agora parceira no negócio [...].

In, Terra Quente, 15 Abril 2007

Boas! Eu falo por mim e não pelos outros, sou licenciada há cerca de 1 ano, nunca trabalhei na minha área (com muita pena), há cerca de 9 meses estive a trabalhar numa fábrica onde fazia o trabalho de uma pessoa com a 4ª classe ou sem escolaridade nenhuma. Estive lá 5 meses, porque preciso de trabalhar e de sustentar a minha família. Mas foram 5 meses de angústia, de vazio, de sonhos despedaçados, porque andei a estudar 18 anos de minha vida para quê? Investi muito, para hoje em dia estar em casa a sentir-me uma inútil. Respondo a cerca de 7 anúncios de emprego por semana, para vários trabalhos: lojas, empresas, hipermercados e poucos para a minha área. E as respostas, sabe quais são? 95% não respondem e os restantes dizem que de momento já escolheram outra pessoa, mas que ficam com o currículo guardado na base de dados. Não esquecendo de relatar a humilhação que já passei em várias entrevistas, que pedem alguém com o 11ª ou 12ª ano de escolaridade. Que simplesmente se viram para mim e dizem: licenciada? o que é que está aqui a fazer? Sou licenciada mas também tenho o 12º, se eu me can-

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

didatei ao emprego é porque sei as condições, sou eu que me estou a sujeitar! Muitas pessoas não arranjam emprego porque não têm habilitações suficientes, e outras não arranjam porque têm habilitações a mais. É muito triste, muito triste mesmo.

<http://expressoemprego.clix.pt>, consultado a 06-03-2007



Após uma primeira leitura dos dois testemunhos apresentados anteriormente, quais as principais diferenças que reconhece entre eles?

a) A ideia de Paulo da criação de uma parafarmácia em Torre de Moncorvo surgiu na sequência de promessas do Governo de que em breve as farmácias deixariam de estar restritas a licenciados em farmácia e qualquer empresário poderia ser proprietário. Todavia, essa medida nunca chegou a ser adoptada.

Descreva, em seguida, as atitudes tomadas pelo Paulo e também a forma como fez a gestão dos recursos.

b) Relativamente ao segundo testemunho, como caracteriza a experiência desta pessoa recém-licenciada numa fábrica durante 5 meses?

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

c) E actualmente, como é que esta pessoa recém-licenciada gere a sua situação de desemprego? Quais os maiores riscos e desafios a que se propõe?

Riscos e Desafios

The diagram consists of the text 'Riscos e Desafios' at the top center. Two arrows point downwards from this text to two separate rectangular boxes. Each box contains five horizontal lines for writing.

d) Se o Paulo conhecesse esta pessoa recém-licenciada e desempregada o que pensa que lhe diria, tendo em conta a sua própria experiência? Simule um diálogo.

- Paulo


- Recém-licenciada

- Paulo

- Recém-licenciada

- Paulo

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

e) Faça uma consulta de sinónimos [palavras diferentes com o mesmo significado] das palavras **empreendimento e iniciativa** num dicionário de Língua Portuguesa e também na Internet (recorrendo à consulta dos  **UTILITÁRIOS - Doc. 5**). Registe as palavras encontradas.



Sinónimos de:

Empreendimento

Iniciativa

f) Procure explicar a relação entre as três palavras que se apresentam em seguida, partindo da experiência vivida pelo Paulo. Posteriormente, “arrisque” aplicá-la à sua actual situação profissional.

Trabalho, Profissão e Emprego

g) Depois de consultar os  **UTILITÁRIOS - Doc. 3** reveja as dicas sugeridas anteriormente e elabore um desdobrável (consultar regras de elaboração no  **Doc. 6**) com as sugestões que considerar mais proveitosas para a procura de emprego. Poderá fazer uma pesquisa de imagens e de informação complementar na Internet.

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

REFLECTINDO...

Vale a pena arriscar-se por sua conta e risco...?

Já diz o ditado: quem não arrisca, não petisca!

**DESAFIO**

O emprego é um bem cada vez mais escasso: o que está ao nosso alcance?

SECÇÃO: CLASSIFICADOS

FIG.1



FIG.2

Está ou já esteve em situação de desemprego? Como lidou com a situação?

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

Já alguma vez respondeu ou ajudou a responder a um anúncio de emprego para um jornal? No contexto social, tem noção da eficácia desta estratégia?

Porquê?

PROPOSTA DE TRABALHO**RESPOSTA A UM ANÚNCIO DE JORNAL**

SEMANÁRIO NACIONAL
ADMITE PARA O DEPARTAMENTO COMERCIAL

TÉCNICO COMERCIAL
M/F

Pretende:

- Experiência comercial
- Conhecimentos negócio de publicidade (preferencial)
- Viatura própria
- Disponibilidade


Oferece:

- Vencimento fixo base
- Vencimento variável por objectivos
- Bom ambiente de trabalho
- Integração em grupo nacional


Resposta em carta a este Jornal ao nº 3754 acompanhada de “curriculum vitae” e fotografia ou ao e-mail: fernando.silva@motor.online.pt

In, Jornal de Notícias, 7 de Outubro de 2006

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

 Conforme é indicado no anúncio, a resposta em carta é acompanhada de “Curriculum Vitae”. Este documento é uma síntese identificativa das competências e saberes de cada indivíduo, retirados das suas experiências pessoais, profissionais e sociais.

b) No caso de já ter elaborado e actualizado o seu “Curriculum Vitae” anexe-o à carta de apresentação.

c) Se nunca elaborou o seu “Curriculum Vitae”, faça-o a partir da consulta das respectivas regras e seguindo o modelo (preenchido) nos  **UTILITÁRIOS - Doc. 7.**

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

**MODELO EUROPEU DE
CURRICULUM VITAE****INFORMAÇÃO PESSOAL**

Nome		
Morada		
Telefone		
Fax		
Correio electrónico		
Nacionalidade		
Data de Nascimento		

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• Datas (de – até)		
• Nome e endereço do empregador		
• Tipo de empresa ou sector		
• Função ou cargo ocupado		
• Principais actividades e responsabilidades		

**FORMAÇÃO ACADÉMICA E
PROFISSIONAL**

• Datas (de – até)		
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação		
• Principais disciplinas/competências profissionais		
• Designação da qualificação atribuída		
• Classificação obtida (se aplicável)		

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS</p> <p><i>Adquiridas ao longo da vida ou da carreira, mas não necessariamente abrangidas por certificados e diplomas formais.</i></p>		
--	--	--

PRIMEIRA LÍNGUA		
------------------------	--	--

OUTRAS LÍNGUAS

• Compreensão escrita		
• Expressão escrita		
• Expressão oral		

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS SOCIAIS</p> <p><i>Conviver e trabalhar com outras pessoas, em meios multiculturais, em funções onde a comunicação é importante e situações onde o trabalho de equipa é essencial (por exemplo, a nível cultural e desportivo), etc.</i></p>		
---	--	--

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO</p> <p><i>Por exemplo coordenação e gestão de pessoas, projectos, orçamentos; no trabalho, em trabalho voluntário (por exemplo, a nível cultural e desportivo) e em casa, etc.</i></p>		
---	--	--

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS TÉCNICAS</p> <p><i>Com computadores, tipos específicos de equipamento, máquinas, etc.</i></p>		
---	--	--

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

<p style="text-align: center;">APTIDÕES E COMPETÊNCIAS ARTÍSTICAS</p> <p><i>Música, escrita, desenho, etc.</i></p>		
<p style="text-align: center;">OUTRAS APTIDÕES E COMPETÊNCIAS</p> <p><i>Competências que não tenham sido referidas acima.</i></p>		
<p>Carta(s) de Condução</p>		
<p style="text-align: center;">INFORMAÇÃO ADICIONAL</p>		
<p style="text-align: center;">ANEXOS</p>		

REFLECTINDO...

Como vê o emprego pode não estar à distância da sua casa à vitrina da loja ao lado ... pode estar ainda mais perto... à distância dos seus olhos ao jornal!

Procure, procure, mas sem ter que ir muito longe...!

**DESAFIO**

Que direitos e deveres devem ser garantidos?

Imigração em Portugal

(Estrangeiros com a situação legalizada)

Origem dos principais grupos de imigrantes

Ano	Totais	Africanos	Brasileiros	Leste da Europa
2004			a)	
2003	434.348	118.053	26.561	
2002	413.699	114.193	24.784	b)
2001	350.503	107.273	23.541	75.550
2000	223.602		22.222	
1999	191.143		20.851	
1998	178.137	82.466	19.860	
1997	175.263	81.717	19.990	
1996	172.912	81.176	20.082	
1995	168.316	79.231	19.901	
1994	157.073	72.630	18.612	
1993	136.932	58.395	16.168	
1992	123.612	52.148	14.158	
1991	113.978	47.728	12.678	
1990	107.767	45.245	11.413	
1989	101.011	42.773	10.520	
1988	94.694	40.497	9.333	
1987	89.778	38.960	7.830	
1986	86.982	35.238	7.470	
1985	79.594	34.929	6.804	
1984	73.365	31.933	7.997	
1983	67.484	29.237	7.202	
1982	58.674	25.835	5.941	
1981	54.414	24.886	5.045	
1980	50.750	27.948	4.135	

Notas:

a) Número estimado dos imigrantes brasileiros em Portugal: + 100 mil (legais e ilegais).

b) Número de imigrantes ucranianos legalizados: 69 mil;

Fonte: INE [Instituto Nacional de Estatística] (1960-1998); SEF [Serviços de Estrangeiros e Fronteiras] (1999)

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

Ficou surpreso (a) com os números aqui apresentados? Porquê?

De acordo com os dados apresentados, o que tem sucedido ao número de imigrantes no nosso país desde 1980?

PROPOSTA DE TRABALHO

LEGALIZAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

No início de 2001, Portugal aprovou legislação (Decreto-lei nº 4/2001) que permitiu a milhares de cidadãos estrangeiros legalizarem-se. No entanto, esta lei não resolveu todos os problemas dos imigrantes.

Escravatura

O fluxo de imigração no nosso país é imparável. As fronteiras estão abertas e, além do mais, Portugal precisa do trabalho dos imigrantes. Cerca de 50% dos cidadãos a quem foram concedidos vistos são de Leste.

Isto não se deve ao facto de terem mais habilitações. São cidadãos com maiores dificuldades no contacto com a língua e que desconhecem os seus direitos. Há uma concorrência desleal com a mão-de-obra portuguesa ou imigrantes de outros países. Esta lei fomenta uma nova criminalidade. Máfias fazem contratos fictícios de trabalho a pessoas desesperadas. É uma legalização virtual, não de sucesso.



Timóteo Macedo, (Associação Defesa dos Direitos dos Imigrantes)

Jornal de Notícias, 3 de Junho de 2001 (com supressões)

Tema de Vida: Trabalho e Emprego



Reflectindo sobre o texto...

a) Quais as razões que terão levado Portugal a aprovar o Decreto-Lei nº 4/2001 para a legalização dos imigrantes, designadamente de Leste, no nosso país?

b) Comente a seguinte frase retirada do texto: “Portugal precisa do trabalho dos imigrantes.”

c) Provavelmente, também na sua localidade existem imigrantes que poderão já habitar na zona há alguns anos ou, por outro lado, chegaram há alguns meses.

- Qual o(s) seu(s) país(es) de origem?

- Como é constituído o agregado familiar desses imigrantes? (uma pessoa, casal sem filhos, casal com filhos e outros parentes, ...)

- Têm emprego fixo ou são desempregados?

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

- Tem conhecimento que se encontram legalizados em Portugal?


d) *“A motivação fundamental que leva as pessoas a abandonar o seu país prende-se com as maiores oportunidades de emprego e possibilidade de melhoria económica, os reencontros familiares e a fuga à pobreza, à guerra, às violações dos direitos humanos e às perseguições políticas e “limpezas” étnicas.”* (Giovanni Rezza, Relatório final 2000-2001 da Comissão das Comunidades Europeias)

- Terão, todos estes cidadãos estrangeiros, condições de se legalizar? Qual é a sua opinião? Argumente.

e) Qual a entidade governamental portuguesa responsável pela legalização de imigrantes?

f) Se tivesse de informar um cidadão estrangeiro sobre o que deve fazer e onde deve dirigir-se para poder permanecer em Portugal para trabalhar, o que lhe diria?

Tema de Vida: Trabalho e Emprego

g) A partir da consulta dos  **UTILITÁRIOS - Doc. 8** , descreva as condições necessárias para um cidadão estrangeiro solicitar uma autorização de permanência no nosso país.

REFLECTINDO...

Os cidadãos estrangeiros (essencialmente provenientes de países do Leste da Europa) vêm para Portugal em busca de melhores condições de vida mas, na realidade, quando chegam ao nosso país são, muitas vezes vítimas de exploração no trabalho, de discriminação social e de máfias organizadas pelos próprios compatriotas. Daí, a necessidade destes cidadãos, receberem apoio de entidades sociais que zelem pelo cumprimento dos seus direitos e que lhes possibilitem legalizar-se em Portugal, a fim de terem condições dignas de vida.

Confirme as suas respostas na secção  **SOLUÇÕES**

AUTO-AVALIAÇÃO

INSTRUMENTO DE REFLEXÃO E AUTO-AVALIAÇÃO

Terminada esta unidade, chegou o momento de fazer um balanço das competências que adquiriu e/ou aprofundou e reflectir sobre a sua evolução. Reveja o seu percurso e sirva-se do instrumento que lhe propomos para se autoavaliar, colocando uma cruz no ponto em que se encontra e, no final, identificando as suas dificuldades para as poder superar.

Unidade de Competência	Competências		Sim	Em parte	Ainda não		Muito	Pouco	Muito pouco
CE3B Competências de adaptabilidade e flexibilidade	• Ajusto o desempenho profissional a variações imprevistas.	ADQUIRI e/ou APROFUNDEI COMPETÊNCIAS?...				COMO EVOLUI?...			
	• Assumo riscos controladamente e faço a gestão de recursos.								
	• Forneço informação de retorno (feedback).								
	• Conheço os sistemas organizacionais e sociais.								
	• Identifico e sugiro novas formas de realizar as tarefas.								
	• Tenho iniciativa e evidencio capacidades de empreendimento.								
Principais dificuldades:									

Aspectos que ainda posso melhorar:

ÍNDICE

■ Saúde e cidadania	74
■ Direitos Humanos e Violência Doméstica	85
■ Sociedades e inovação tecnológica	91
■ Direitos Fundamentais	95



DESAFIO

Direitos: quem os garante?

Só agora é que aparece?! Já estou aqui vai para 3 horas...! Como faço para fazer uma reclamação?

Se ela pensa que me vai espetar aquelas agulhas compridas e internar-me contra a minha vontade, está enganada!



Fig. 1

Como classifica o atendimento prestado a esta utente neste serviço de saúde? Porquê?

Como orientaria a utente a fazer uma reclamação por escrito?

PROPOSTA DE TRABALHO**DIREITOS E DEVERES DO UTENTE****A imagem dos serviços de saúde e dos médicos de família em Portugal**

Baseado na Conferência de Abertura das XI Jornadas Mediterrânicas de Medicina Geral e Familiar, 3 a 10 de Setembro de 2004

ALBERTO HESPANHOL

Em 1997 o Ministério da Saúde distribuiu pelos Serviços de Saúde a Carta dos direitos e deveres dos doentes, a qual continha 6 deveres e 12 direitos. Segundo o 12o, «Sugestões e reclamações», o doente tem direito, por si ou por organizações representativas, a apresentar sugestões e reclamações. A partir de 1999, com a publicação do Decreto-Lei nº 135/99, da Presidência do Conselho de Ministros, qualquer utente dos serviços da Administração Pública passou a dispor desses dois mecanismos de audição e participação: a caixa de sugestões e opiniões e o livro de reclamações.

As tendências recentes vão no sentido de realizar estudos de satisfação dos utentes que permitam documentar as suas experiências com os serviços e com os resultados dos cuidados prestados. Em Portugal esses inquéritos têm vindo a demonstrar que os utentes estão contentes com o seu Médico de Família e insatisfeitos com a organização, em especial com os tempos de espera.

76

Mecanismos de Audição e Participação dos Utentes

As sugestões e reclamações apresentadas pelo doente devem ser objecto de análise e constituir um conjunto de dados susceptível de introduzir correcções na organização, de forma a adequá-la a uma maior garantia da satisfação da comunidade em que actua. Esta interacção obriga a que aos doentes seja sempre dado conhecimento, em tempo útil, do seguimento das suas sugestões ou reclamações.

Na realidade, o utente tem o direito a apresentar uma queixa verbal ou escrita acerca do funcionamento do Centro de Saúde, ou do seu Médico de família em particular, nos Gabinetes do Utente do Centro de Saúde, Sub-Região de Saúde, Região de Saúde ou Ministério da Saúde, assim como a escolher ou a pedir para mudar de Médico de Família.

A este propósito o Decreto-Lei nº 73/90, no seu artigo 20, ponto 1 refere:

b) A inscrição em lista obedece ao princípio da livre escolha do médico pelo utente, devendo privilegiar-se a inscrição familiar;

Tema de Vida: Direitos Humanos

d) Quando ocorra mudança de médico, proceder-se-á à troca de informação médica em condições de sigilo profissional.

Também no Regulamento dos Centros de Saúde, no seu capítulo II, há referência a esta matéria, nos seguintes termos:

Artigo 13º – Direito dos utentes

a) A livre escolha do médico assistente no Centro de Saúde, com as restrições impostas pelo limite dos recursos humanos e técnicos existentes.

Artigo 14º- Deveres dos utentes

c) Acatar, sem prejuízo do direito de reclamação, as regras de organização e a disciplina interna dos Centros de Saúde, bem como as instruções do pessoal ali em serviço.

O Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de Abril, da Presidência do Conselho de Ministros, além de acolher um conjunto de disposições legais inovadoras, sistematiza um conjunto de áreas fundamentais na relação cidadão-administração, tão vastas e variadas como o acolhimento e atendimento ao público, a comunicação administrativa, a simplificação de procedimentos, a audição de utentes, os sistemas de informação para gestão e a divulgação de informação administrativa.

No Diário da República, I série-B, nº 123, de 28.5.97 foi publicada a Portaria nº 355/97, através da qual se divulgou o modelo do Livro de Reclamações a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 189/96, publicada no Diário da República, I-série-B, no 276, de 28.11.96. O referido Livro de Reclamações, ou Livro Amarelo conforme também é conhecido devido à sua cor, é modelo exclusivo da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, sendo os Serviços obrigados a adoptá-lo nos locais onde seja efectuado atendimento público, devendo a sua existência ser divulgada aos utentes de forma visível. As folhas do Livro de Reclamações dispõem de original e três vias destacáveis de cores diferenciadas.

Nos casos de reclamações, no âmbito do Ministério da Saúde, utiliza-se o seguinte procedimento:

- Entrega ao utente da via verde;

Tema de Vida: Direitos Humanos

- Envio, no prazo de trinta dias úteis, da via azul ao Gabinete do Sr. Ministro da Saúde;
- Envio, em simultâneo, no prazo de trinta dias úteis, da via amarela ao Gabinete do Senhor Director Geral da Administração Pública.

No prazo referido no número anterior, os Serviços e estabelecimentos devem, sempre que tal se justificar, adoptar medidas rectificativas das situações que foram objecto de reclamação. Na altura do envio das vias azul e amarela, as mesmas deverão ser acompanhadas da resposta dos Serviços e Estabelecimentos face à referida reclamação, através de modelo próprio. Na mesma data, o reclamante deve ser também informado, pelo Serviço ou Estabelecimento, da resposta que recaiu sobre a reclamação apresentada, através do mesmo modelo.

No 1º balanço que o Secretariado para a Modernização Administrativa apresentou sobre o Livro de Reclamações, após 7 meses do seu funcionamento, tinham entrado 5.312 reclamações, sendo quase dois terços (66,9%) dos Centros de Saúde e Hospitais, estando os primeiros (37,1%) ligeiramente à frente dos Hospitais (32,2%). Dessas queixas, 46% referiam-se a atitudes incorrectas e má informação veiculada pelas auxiliares administrativas, enquanto 38% diziam respeito à falta de médico na hora programada da consulta, sendo as infra-estruturas a fonte das restantes queixas dos utentes. Os actos médicos em si não foram mencionados de uma forma negativa pelos utentes.

Alberto Hespanhol, *in* Revista Clínica Geral, 2005,21 (adaptado)



Qual é a imagem que tem do seu médico de família e do Centro de Saúde local?

Para responder à questão sugerimos-lhe que preencha um inquérito sobre a qualidade e funcionamento do Centro de Saúde da sua área de residência que se apresenta em seguida.

INQUÉRITO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE LOCAL



O presente inquérito serve o propósito de construir um pequeno estudo sobre o grau de satisfação dos utentes dos Centros de Saúde locais, sobre os seus modos de funcionamento.

Garante-se o anonimato dos inquiridos.

Identificação do Inquirido:

Sexo:	Idade:	Habilitações:	Profissão:
Feminino <input type="checkbox"/>	18 aos 25 anos <input type="checkbox"/>	4º ano <input type="checkbox"/>	Estudante <input type="checkbox"/>
Masculino <input type="checkbox"/>	26 aos 35anos <input type="checkbox"/>	6º ano <input type="checkbox"/>	Doméstica <input type="checkbox"/>
	36 aos 45 anos <input type="checkbox"/>	9º ano <input type="checkbox"/>	Desempregado <input type="checkbox"/>
	46 aos 55 anos <input type="checkbox"/>	12º ano <input type="checkbox"/>	Comerciante <input type="checkbox"/>
	> 55 anos <input type="checkbox"/>	Ensino Superior <input type="checkbox"/>	Empregada por conta de outrem <input type="checkbox"/>
			Reformado <input type="checkbox"/>

Questões:

1- Considera que o Centro de saúde local tem boas instalações?

Sim

Não

2- Como classifica as condições de higiene do Centro de Saúde?

Más

Razoáveis

Boas

Muito Boas

Tema de Vida: Direitos Humanos

3- Concorda com o horário de funcionamento do Centro de Saúde?

Sim

Não

3.1 Caso a resposta seja negativa qual o horário que sugeria?

4 - Está satisfeito com o atendimento telefónico do seu Centro de Saúde?

Sim

Não

Nunca telefonei

5 – Quando marca uma consulta para o seu médico de família, acha que o tempo de espera é razoável?

Sim

Não

5.1 Caso a resposta seja negativa indique o período de tempo que acha razoável?

80

6. Em caso de urgência o seu médico de família atende-a no próprio dia?

Sim

Não

7. Considera que o seu médico de família dá todas as explicações necessárias (doença, exames e modo de tomar os medicamentos)?

Sim

Não

Tema de Vida: Direitos Humanos

8. O seu médico de família garante-lhe privacidade?

Sim

Não

9. E confidencialidade?

Sim

Não

10. Considera que o Centro de Saúde informa antecipadamente o utente sobre as desmarcações das consultas?

Sim

Não

11. O pessoal de enfermagem do centro de saúde tem disponibilidade para esclarecer dúvidas?

Sim

Não

12. Como classifica o atendimento dos seguintes profissionais do centro de saúde?

	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom
Administrativos				
Enfermeiros				
Médicos				

Obrigado(a) pela sua colaboração!

Inquérito elaborado pelo grupo de formandos do curso EFA B2 Horticultura, Mirandela (adaptado)

Tema de Vida: Direitos Humanos

a) O que pode concluir sobre o seu grau de satisfação relativamente ao funcionamento dos serviços de saúde locais? Apresente os seus argumentos.

b) Faça uma análise do balanço apresentado pelo Secretariado para a Modernização Administrativa sobre o Livro de Reclamações após 7 meses do seu funcionamento, divulgado pela Revista de Clínica Geral, e compare com os resultados que obteve no inquérito individual.

SUGESTÃO:

No estabelecimento de comparações deverá:

- analisar a semelhança/equivalência dos itens em análise;
- organizar os itens do inquérito em categorias


	<i>Inquérito nacional</i>	<i>Inquérito individual</i>
Organização/ funcionamento geral		
Médico de família		
Condições e instalações físicas		

Tema de Vida: Direitos Humanos

c) Tendo em conta os itens analisados anteriormente faça uma exposição dos direitos do utente que considera que poderão ser postos em causa no funcionamento, atendimento e organização dos serviços de saúde, nomeadamente do Centro de Saúde.

d) Considere a seguinte situação. Dirigiu-se ao centro de saúde local (situado a cerca de 15 km da sua residência) para ir a uma consulta do seu médico de família. A consulta foi marcada no local, com cerca de um mês de antecedência. O dia da consulta coincidiu com o dia de greve dos médicos por falta de pagamento de horas extraordinárias pelo que não teve consulta. Não foi avisado(a) com antecedência da greve e, por isso, perdeu uma manhã de trabalho em vão.

Descreva os procedimentos necessários para apresentar uma reclamação, por escrito, da situação relatada.

e) A partir da análise da Carta de Direitos e Deveres do Utente (ver  UTILITÁRIOS - Doc. 9) designe os direitos que considera que são mais frequentemente desrespeitados nos serviços públicos de saúde (Hospitais ou Centros de Saúde).

Poderá descrever uma situação real que conheça ou que tenha vivido.

Tema de Vida: Direitos Humanos

f) Ainda tendo por base a análise da Carta dos Direitos e Deveres do Utente elucide os deveres 3 e 5, através de exemplos da sua vivência pessoal ou de experiências que familiares ou amigos tenham vivido em serviços públicos de saúde.

Dever 3

Dever 5

SUGESTÃO:

Visite o site do Ministério da Saúde na Internet, através do endereço <http://www.min-saude.pt> para consultar estas e outras informações que considere de interesse sobre os Serviços de Saúde Pública em Portugal.

REFLECTINDO...

Independentemente da imagem que agora tem dos serviços públicos de saúde (incluindo o médico de família e outro pessoal do serviço) da sua localidade corresponder à imagem que tinha inicialmente, o mais importante é reflectir sobre o funcionamento destes serviços. Porque, para além de ser um direito, é um dever exigir a garantia dos seus direitos de utente num serviço público de saúde... não esquecendo também os seus deveres.

Confirme as suas respostas na secção  **SOLUÇÕES**



DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DESAFIO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos será realmente respeitada?



Parece mentira mas não é. A violência doméstica mata mais do que o cancro e os acidentes de automóvel. Só em Portugal são mais de 10.000 queixas e, todos os meses, pelo menos cinco são vítimas fatais.

Muitas mulheres não denunciam por vergonha, mas a maioria tem medo. Por isso agora a lei mudou e este é um assunto de todos. Se conhece algum caso, dentro ou fora da família, pode e deve denunciar. Mas também pode ajudar divulgando essa mensagem para o maior número de pessoas possível. Um minuto pode ajudar a salvar uma vida.

<http://memoriavirtual.weblog.com/pt/arquivo>, consultado a 20-12-2006

Considera que a violência doméstica deve ser um “assunto de todos”? Faça o seu comentário.

Tema de Vida: Direitos Humanos

Quais os apoios que considera que deverão ser prestados às vítimas de violência doméstica?

PROPOSTA DE TRABALHO**VIOLÊNCIA SILENCIADA**

“A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza.” (Kofi Annan).

a) Faça um breve comentário à afirmação proferida por Kofi Annan, considerando a importância da localização geográfica, dos aspectos culturais e económicos na origem e prevalência do fenómeno da violência contra as mulheres.

Dina Sebastião

“ A consagração da violência doméstica como crime público fez disparar o número de participações. A lei entrou em vigor no dia 2 de Junho e desde aí as esquadras têm registado um aumento de queixas. (...)”

Esta subida de valores é o reflexo dos efeitos imediatos do carácter público do crime. A Lei 7/2000 de 27 de Maio veio alterar o artigo 152 do Código Penal, ao tomar a violência doméstica um crime público, que até aí era considerado semipúblico. Com esta alteração, a denúncia do crime, que antes tinha de ser feita pela vítima, pode agora ser efectuada por qualquer pessoa que saiba da ocorrência.

Só que, quando o agressor toma conhecimento da queixa, a violência pode agravar-se. É necessário retirar a mulher do lar. O problema é que não existem casas de abrigo suficientes. (...)

Tema de Vida: Direitos Humanos

Há uma grande carência de casas de abrigo para mulheres (as mais afectadas pelo problema) em Portugal. (...)

As casas de abrigo funcionam como um acolhimento temporário. Permitem à vítima algum descanso em relação à situação que ultrapassou, proporcionando-lhe espaço para se poder autonomizar e reiniciar a sua vida. Como é uma situação transitória, estudam-se outras possibilidades de abrigo, nomeadamente com a família ou amigos. (...)

O afastamento do agressor seria um modo de aliviar a necessidade das casas de abrigo. É uma medida que a lei prevê, por um período máximo de dois anos, mas que só pode ser aplicada no decorrer do processo, depois de uma fase de inquérito. A opinião generalizada é que deveria ser uma medida mais aplicada. (...)

Mas terá alguém o direito de decidir pela vítima, quando em casos judiciais também estão sentimentos envolvidos? (...)

In Jornal Público de 9 de Janeiro de 2001

b) Com base na leitura da notícia do jornal Público refira o principal efeito directo causado pela introdução da Lei 7/2000 de 27 de Maio.

c) Descreva as vantagens que reconhece na introdução da referida Lei.

Tema de Vida: Direitos Humanos


d) E desvantagens, reconhece alguma? Descreva-a

e) Analisando a legislação portuguesa sobre violência doméstica, que consta dos

■ ■ UTILITÁRIOS - Doc. 10 , sintetize as medidas governamentais de protecção às vítimas.

f) Para além das entidades governamentais existem outras instituições que prestam apoio a vítimas de crime. Após a leitura dos ■ ■ UTILITÁRIOS - Doc. 11 descreva os níveis de apoio prestado às vítimas de violência doméstica pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), salientando as instituições públicas que com ela cooperam.

Tema de Vida: Direitos Humanos

g) Faça uma pesquisa na Internet (consulte os  **UTILITÁRIOS - Doc. 5**) e registre informações úteis relacionadas com a APAV, designadamente contactos telefónicos, moradas a nível das várias localidades do país, formas de ajuda em caso de emergência e outras informações que considerar relevantes.

APAV

Contactos (telefonos, moradas):

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Em caso de Emergência:

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Outras informações úteis:

REFLECTINDO...

As alterações na legislação em relação ao crime de violência doméstica fizeram disparar o número de participações, levando a que muitas mulheres deixassem de viver diariamente “o inferno” da convivência conjugal. As mulheres vítimas de violência doméstica podem beneficiar de apoios e de protecção do Estado, mas também de instituições particulares de solidariedade social como a Associação de Apoio à Vítima (APAV).

O primeiro passo é DENUNCIAR, e QUALQUER cidadão DEVE fazê-lo!

**DESAFIO**

A sociedade exige reassumir direitos?

CINCO HORAS DE AULA PODEM DESFAZER-SE EM 15 MINUTOS DE MÁ
TELEVISÃO



“Aquilo que uma escola ensina em 5 horas pode ser destruído em 15 minutos, por um mau programa de televisão”, são palavras do professor José Luís Garcia Garrido, catedrático de Educação Comparada e perito em política educativa.

<http://www.forumdafamilia.com/medicina/familia/televisao>, consultado a 14-03-2007

É da mesma opinião? Porquê?

Considera que a televisão é uma má influência para si ou para algum dos seus familiares e/ou amigos? Explique porquê.

PROPOSTA DE TRABALHO**A VIDA EM DIRECTO...****Parto em directo no Reino Unido**

Vai amanhã para o ar no canal britânico Channel Five [Canal Cinco], a emissão especial de um parto em directo. O programa chama-se “Birth night live” [Noite de nascimento ao vivo] e será transmitido a partir da maternidade dos hospitais da Universidade de Nottingham. O objectivo é precisamente mostrar o nascimento de um bebé, em directo, através de um programa de televisão.

No entanto, alguns médicos já se manifestaram contra a transmissão em directo, pois alegam que a presença das câmaras afectará a segurança da mãe, aumentando os níveis de stress; circunstância que poderá influenciar no comportamento do recém-nascido. Mesmo dentro da comunidade médica, as opiniões são divergentes em relação a esta matéria.

“Noite de nascimento ao vivo”, que se prevê ter uma duração de duas horas, é produzido pela Endemol. Está previsto que o programa sirva também para fazer a exaltação ao “milagre do nascimento”. Além da transmissão em si, será ainda travado um debate sobre várias questões relativas ao nascimento, com a participação de especialistas [...].

De acordo com Alex Sutherland, um dos responsáveis pela produção, citado pelo “The Guardian” o programa será, acima de tudo, uma celebração de tudo o que está relacionado com o parto, desde a ansiedade inevitável, o milagre da tecnologia moderna, mas principalmente é sobre a enorme alegria trazida por um nascimento.

Jornal de Notícias, 7 de Outubro de 2006



A partir da leitura atenta da notícia acima apresentada refira:

a) De acordo com o texto, o objectivo do referido programa de televisão.

Tema de Vida: Direitos Humanos

b) A sua opinião sobre o objectivo do programa televisivo, tendo em conta os interesses que estão representados. Justifique a sua resposta.

c) Considera que a transmissão deste parto em directo põe em causa a protecção de direitos fundamentais? Se sim, que direitos?

d) A transmissão televisiva do parto em directo é aceite, de igual modo, pelos profissionais médicos britânicos? Indique porquê, na sua opinião.

e) As razões apresentadas pelos médicos para se manifestarem contra a transmissão televisiva em directo do parto. Concorda com estas razões? Explique porquê.

f) “[...] o programa será, acima de tudo, uma celebração de tudo o que está relacionado com o parto, desde a ansiedade inevitável, o milagre da tecnologia moderna, mas principalmente é sobre a enorme alegria trazida por um nascimento.”

Tema de Vida: Direitos Humanos

Considera aceitáveis as razões apresentadas por um dos responsáveis do programa para a transmissão do parto em directo? Porquê?

g) Considera importante, neste caso em que a saúde da mãe e do recém-nascido podem estar em risco, mostrar a inovação da televisão e dos outros meios tecnológicos envolvidos na produção do programa para dar a conhecer o acontecimento, verdadeiramente único, do “milagre do nascimento”? Apresente os seus argumentos.

REFLECTINDO...

94

Os *media* e, designadamente a televisão, exercem um grande poder no quotidiano das sociedades actuais. A dúvida permanece... Haverá legitimidade em toda a informação que chega aos nossos lares, através da televisão? Verificar-se-á sobreposição de valores?



DESAFIO

Por que foi preciso declarar os Direitos Humanos?

Na Rota do Tráfico



FIG. 1

“Querida conhecer outros mundos, mas não podia sair sozinha à rua”.

Ludmila Ivanova, russa, residente em Portugal

“Fugi passados três dias. Só me davam arroz branco E dormia num sítio Coberto de moscas.”

Eliane Pitanga, brasileira, residente em Portugal



FIG. 2

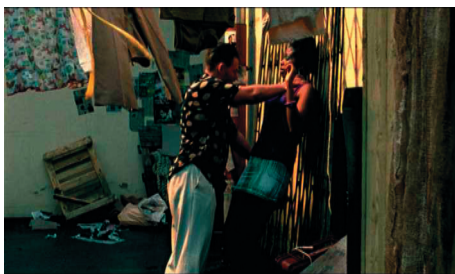


FIG. 3

“Cheguei a fazer nove homens seguidos. Só pensava no dinheiro para poder sair”

Jurema dos Santos, brasileira, residente em Portugal

Tema de Vida: Direitos Humanos



FIG. 4

“Quando trabalhava na rua, paguei seis mil euros pela liberdade de Svetlana, era minha amiga uma russa lindíssima.” *Pilar Diaz*, equatoriana, residente em Portugal.

Como Ludmila, Eliane, Jurema e Pilar, 4 milhões de mulheres caem nas rotas do tráfico de pessoas para exploração sexual. Segundo a ONU [Organização das Nações Unidas], esta globalização do “comércio de carne humana” é já o terceiro negócio ilícito [ilegal] mais rentável do mundo, depois das drogas e das armas.

Como vê o fenómeno do tráfico e exploração sexual de mulheres no nosso país, a partir do que ouve falar nos meios de comunicação social, por exemplo?

Na sua opinião, o que tem sido feito em Portugal para combater este problema?

PROPOSTA DE TRABALHO

RECONHECER NOVAS FORMAS DE ESCRAVATURA...

O retalhista português

Alfredo Palas, hoje com 60 anos, contava com duas aliciadoras no Brasil – Rosângela, a Pequena e Alessandra - com o intuito de recrutar mulheres para o Palas Bar, em Mirandela, e o Club, em Vinhais. Nos jornais publicavam-se anúncios, pedindo “camareiras” para Portugal, com os números telefónicos da Pequena.

As mulheres chegavam a Trás-os-Montes de táxi, via Madrid ou Paris, com a indicação do que deviam vestir, e começavam a prostituir-se no mesmo dia. Palas suportava cada viagem, com um custo real de mil euros, e reclamava depois 3500 euros. Enquanto a dívida não fosse paga, as brasileiras não recebiam um cêntimo. A rede portuguesa foi desmantelada, na sequência de uma denúncia de dois sequestros. Foi condenado a nove anos de prisão, por lenocínio [fomento da prostituição], auxílio à imigração ilegal, sequestro e posse de armas proibidas.

Outra rede a operar em Carrazeda de Ansiães e Mêda, tinha o mesmo modus operandi. [modo de actuação]. Os documentos eram confiscados, quando se revelava às mulheres que iam prostituir-se nos bares Paiola e Estrela de Fogo. Não podiam recusar-se, mesmo no período menstrual, sob ameaças de multas e agressões. Que se concretizavam.

As manas Soraia e Wilma Cruzeiro fugiram para uma casa de alterne rival, o Cavalo Branco, em Vila Flor. A rede transmontana, dirigida por um casal português descobriu-as e tentou recuperá-las à força. Mas a GNR já estava avisada para um ajuste de contas iminente e acabou por deter seis homens, todos armados.

O coordenador da DCCB [Direcção Central de Combate ao Banditismo], Pedro Felício, já visitou muitas casas de alterne e “a maioria não é mais do que isso”. Sobra a outra parte, que se move na clandestinidade. “O cliente não fala, os donos das casas também não, as vítimas são ilegais...” A gravidade da situação pode implicar a dispensa de técnicas tradicionais de investigação – com mulheres raptadas não há preciosismos jurídicos. Depois logo se vê se testemunham...” Isso é o mais difícil: “Foram violadas, estão viciadas em álcool e drogas e trazem um medo de morte.”

Visão, 1 de Março 2007

Exploradas: sonhos roubados


Há uma ilha de salvação, anónima, no centro de Badajoz, procurada, todos os dias, por uma dezena de mulheres sofridas: a Associação para a Reinserção de Mulheres Prostituídas (APRAMP).

[...] “Nunca fui prostituta, tinha um carrinho para vender gelados, três crianças numa favela e dívidas”, conta Jurema dos Santos, 30 anos, chegada a Espanha há três, através de um homem que tratou dos papéis a troco de 2500 euros. “Um chulo disse-me que conseguia, numa noite, na Europa, mais do que num mês no Recife. Pensava que era só convívio, depois tive um choque.”

“Elas são vítimas de quem conheciam. Só depois percebem que essa gente tinha más intenções”, observa Júlia Bacelar, 57 anos, das Irmãs Adoradoras, uma das raras entidades em Portugal que acolhe mulheres como a Jurema. “Acham que não lhes vai acontecer nada, mas, ao caírem na teia, tudo acabou.”


Portugal lidera a lista de países que mais brasileiras barram, segundo um inquérito governamental efectuado no aeroporto de São Paulo, junto de deportadas ou impedidas de entrar no estrangeiro – 25% admitiram que iam trabalhar na indústria do sexo. No mesmo aeroporto, cartazes apelam a todos os cuidados: “Se alguém oferecer casa, comida e roupa lavada no exterior, desconfie”.

Visão, 1 de Março 2007

 A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 10 de Dezembro de 1948, a Declaração dos Direitos do Homem (DUDH). A DUDH apresenta princípios gerais de direitos e liberdades fundamentais do Homem que são contemplados ao longo de trinta artigos.

Descreva os direitos fundamentais que crê possuir ou que tem direito a possuir.

Tema de Vida: Direitos Humanos

b) Com base na leitura dos artigos da revista Visão e a partir da consulta da Declaração Universal dos Direitos Humanos que consta nos  UTILITÁRIOS - Doc. 12 assinale o (s) artigo (s) que, no seu entender não é (são) respeitado (s) em cada um dos casos reportados.

Caso “O retalhista português”

Caso “Jurema”

c) No seu entender, no caso “O retalhista português”, de que forma poderia ter sido evitado o tráfico e exploração de mulheres brasileiras, antes mesmo de chegarem a Trás-os-Montes?

d) E no caso de Jurema, que factores proporcionaram a sua entrada no mundo da exploração sexual? De que forma poderia ter sido evitado mais este caso?

Tema de Vida: Direitos Humanos

Júlia
Bacelar,
**Irmãs
Adoradoras**

“Existem maus-tratos, como não terem comida suficiente, não poderem descansar e levaram umas bofetadas de vez em quando.”

Carla
Amaral,
APAV

“Claro que sofrem agressões físicas, mas a violência é muitas vezes psicológica, na forma de ameaças.”

Pedro Felício,
DCCB

[...] “Isso é o mais difícil: Foram violadas, estão viciadas em álcool e drogas e trazem um medo de morte.”

Este é o testemunho do coordenador da Direcção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), Pedro Felício, sobre as vítimas de exploração sexual em casas de alterne no Norte do país. A grande maioria destas vítimas sofre, diariamente, agressões físicas ou psicológicas por parte dos seus “exploradores” e, por vezes em situações extremas, procuram ajuda para tentar sair do “inferno” em que vivem.

e) Designe alguns organismos/instituições sociais que tem conhecimento que prestam apoio a mulheres prostitutas e vítimas de exploração sexual. Caracterize as formas de apoio que são concedidas às vítimas.

AUTO-AVALIAÇÃO

INSTRUMENTO DE REFLEXÃO E AUTO-AVALIAÇÃO

Terminada esta unidade, chegou o momento de fazer um balanço das competências que adquiriu e/ou aprofundou e reflectir sobre a sua evolução. Reveja o seu percurso e sirva-se do instrumento que lhe propomos para se autoavaliar, colocando uma cruz no ponto em que se encontra e, no final, identificando as suas dificuldades para as poder superar.

Unidade de Competência	Competências		Sim	Em parte	Ainda não		Muito	Pouco	Muito pouco
CE3C Competências de educação/ formação ao longo da vida.	• Aprendo a aprender.	ADQUIRI e/ou APROFUNDEI COMPETÊNCIAS?...				COMO EVOLUI?...			
	• Constituo uma carteira de competências individual.								
	• Utilizo tecnologias de formação à distância.								
	• Posiciono-me face às relações entre deontologia e inovação tecnológica.								
	• Conheço dispositivos e mecanismos de concertação social.								
Principais dificuldades:									

Aspectos que ainda posso melhorar:

ÍNDICE

■ Saúde e ambiente	106
■ Saúde e conflito(s)	113
■ Saúde e integração social	120
■ Saúde e protecção ambiental	125

**DESAFIO**

A saúde é também um dever?

Olha para o que eu digo e olha para o que eu faço!



FIG.1

Tema de Vida: Saúde

Faz a separação do lixo em casa? Porquê?

Qual é o destino do lixo que coloca nos contentores?

Considera importante saber esse mesmo destino e dar a conhecer a outras pessoas? Porquê?

PROPOSTA DE TRABALHO

EDUCAR PARA O AMBIENTE

E depois do Ecoponto?

A separação das embalagens usadas é apenas o início do processo de reciclagem. Aos cidadãos é ainda pedido que as coloquem nos ecopontos. Mas, e depois? O que será que acontece aos materiais? Como será que se processa a reciclagem?

A recolha dos ecopontos é efectuada pelas autarquias, ou pelos chamados Sistemas Municipais. São utilizados camiões apropriados, diferentes daqueles que recolhem o lixo indiferenciado. Os circuitos de recolha são também diferentes. Estes camiões são geralmente bi-compartimentados, ou seja, são divididos em dois compartimentos diferentes. Por esta razão é normal

ver-se dois contentores do ecoponto serem despejados para o mesmo camião, podendo dar a ilusão de que está a ser tudo misturado. Na verdade trata-se de uma forma de rentabilizar as recolhas, tornando-as mais rápidas e menos numerosas.

Depois de recolhidos, os resíduos são transportados para Centrais de Triagem. As Centrais de Triagem são instalações especializadas onde será feita uma selecção mais rigo-

Tema de Vida: Saúde

rosa das embalagens usadas, de forma a permitir o encaminhamento para as empresas recicladoras.

O metal, por exemplo, é separado em duas categorias: alumínio e aço. O plástico subdivide-se em cinco categorias principais que não podem ser recicladas em conjunto: PET, PEAD, Filme, PVC e EPS. As embalagens de vidro que são recolhidas no contentor verde do ecoponto são armazenadas até ao envio para as unidades de reciclagem, local onde será feito o seu tratamento. O papel/cartão proveniente do contentor azul é também enviado para as indústrias papeleiras onde será subdividido em várias dezenas de categorias e depois reciclado.


Após a triagem, as embalagens usadas são compactadas e enfardadas por tipo de material, para mais facilmente serem transportadas para as Unidades de Reciclagem.

Uma vez na unidade recicladora, os resíduos de embalagens são sujeitos a processos de preparação, tais como lavagem e remoção de impurezas: rótulos, etiquetas, tampas, etc.

De seguida, e consoante os materiais, passam por outros procedimentos intermédios - como trituração e fundição - sendo depois integrados no fabrico de novos produtos.

Sem darmos conta, chegam diariamente às nossas mãos objectos produzidos com materiais reciclados, obtidos a partir dos resíduos que separamos e depositamos nos ecopontos. O “velho” transforma-se em novo, poupando matérias-primas e energia, preservando o ambiente, gerando postos de trabalho e melhorando a qualidade de vida das populações.

www.pontoverde.pt, consultado a 06-03-2007

 Considere a seguinte situação. Uma criança de 7 anos de idade pede-lhe para explicar o que é a reciclagem e o que acontece aos resíduos depois de os depositar no ecoponto. Com base nas informações do texto refira:

a) Como explicaria à criança o início do processo de reciclagem.

Tema de Vida: Saúde

b) O que diria à criança sobre o destino dos resíduos depois de serem recolhidos pelos Sistemas Municipais.

c) As principais funções das Centrais de Triagem.

d) Como descreveria os modos de separação dos resíduos nas Centrais de Triagem.

110

e) Os processos a que são sujeitos os resíduos nas unidades recicladoras

f) “O “velho” transforma-se em novo, poupando matérias-primas e energia, preservando o ambiente, gerando postos de trabalho e melhorando a qualidade de vida das populações”.

Tema de Vida: Saúde

h) As acções de sensibilização e educação ambiental permitem, por um lado, despertar a consciência ambiental das pessoas e, por outro lado, informá-las das vantagens e/ou consequências negativas das suas atitudes e comportamentos em relação ao ambiente. Porque é importante as pessoas compreenderem as consequências das suas atitudes “amigas do ambiente”, como a separação do lixo doméstico, propomos-lhe que elabore um cartaz informativo, dirigido a crianças do ensino básico, sobre o destino dos resíduos depositados nos ecopontos. Consulte as regras de elaboração de um cartaz nos

■ ■ UTILITÁRIOS - Doc. 14

Para a ilustração do cartaz deverá consultar o site www.pontoverde.pt ou ainda outros sites que abordem o processo da reciclagem. Deverá, para isso, consultar as técnicas de procura de informação na Internet nos ■ ■ UTILITÁRIOS - Doc. 5 .

REFLECTINDO...

Educar, sensibilizando é uma das estratégias de mudança de atitudes e comportamentos “pouco amigas” do ambiente (para não dizer “inimigas”!).

É um dever de todos garantir a saúde do planeta... começa pelas nossas atitudes do dia-a-dia. Uma delas deve ser ensinar os outros sobre os riscos, benefícios e consequências dos nossos actos para com o planeta.

Seja um educador ambiental, sensibilize!

**DESAFIO**

O que é ter saúde?

A sociedade actual confronta-se com um número, cada vez maior, de mulheres que, decididamente, querem engravidar em idades avançadas. Hoje, muitas mulheres pensam, antes de mais, em se realizarem profissionalmente para, então sim, se preocuparem com a maternidade...porém, isso implica alguns riscos para a saúde...

As novas mães velhas

A formação académica, a profissão e a ambição pessoal competem com o relógio biológico, numa luta desigual que tem dado trabalho à comunidade médico-científica. À medida que o tempo avança, a probabilidade de engravidar diminui. O papel de mãe não é como um trabalho em part-time nem termina quando os filhos já são adultos. É-se mãe a vida toda e as crianças despertam o melhor que há em nós. Então, porque adiam as mulheres a maternidade? Mas basta um olhar atento para o meio que nos rodeia para percebermos que não é aos 20, mas muitas vezes nem aos 30, mas sim aos 40 anos que as mulheres decidem dar tréguas ao relógio biológico e engravidam. O tabaco, o stress e hábitos sedentários contribuem para o decréscimo dos níveis de fertilidade.

Mas a maternidade tardia não pode ser vista apenas como uma opção pessoal. A carreira profissional – uma das “desculpas” mais utilizadas para justificar o adiamento da gravidez – impõe desafios difíceis às mulheres de hoje.

Diana Wong Cascalho, *in* Nova Gente, nº1598

Tema de Vida: Saúde

Na sua opinião, quais são os principais riscos para uma mãe que engravida depois dos 35 anos?

Qual(ais) a(s) melhor(es) forma(s) de conciliar a maternidade com a actividade profissional?

PROPOSTA DE TRABALHO

MÃES PROFISSIONAIS

"É Um Papel que não acaba"

"Acho que as mães em Portugal, e não só, são verdadeiros sustentáculos da unidade familiar e são os pilares emocionais das famílias na grande maioria dos casos. Portanto, têm um papel fundamental na coesão e na unidade familiar" continua a ex-primeira-dama exaltando a questão da responsabilidade. "É um papel muito difícil porque é gerir o dia-a-dia sem interrupção. Não se deixa de ser mãe."

Maria José Ritta, *in* Nova Gente, nº1598

"São o meu sentido de Vida"

“Ser mãe é darmos um sentido à vida mesmo que não exista mais nada, é o nosso sentido da vida! Porque muitas vezes temos altos e baixos e é nos filhos que conseguimos encontrar energia e força.

“Já fui mãe-galinha...quando eles eram bebés era muito ansiosa, nem dormia à noite. Estava sempre muito atenta e foi um desgaste muito grande para mim mas também não perdi um segundo. Era a responsabilidade de ter duas vidas nas minhas mãos”.

Por isso mesmo, a actriz decidiu abrandar o ritmo de trabalho. “Não posso parar de trabalhar, tenho de continuar a minha vida, mas como mãe tenho de optar por coisas que me permitam acompanhá-los. Sei sempre o que se passa com eles.”

O ritmo alucinante das gravações das novelas e o timing [horário] tardio das peças de teatro e espectáculos obrigaram, assim Sílvia Rizzo a fazer uma pausa na sua carreira de actriz, privilegiando o papel de mãe.

Teresa de Oliveira Martins, *in Nova Gente*, nº1598

A vida a mil à hora

Ser mãe era o meu sonho? Estava preparada para uma vida laboral absorvente que apenas deixa algum tempo para a família?

Claro que é difícil atingir a qualidade óptima quando se tem um horário laboral de jornada completa (e mais algumas horas), pelo que dedico todo o fim de semana à minha família, sobretudo ao meu marido e à minha filha, ainda que não seja tempo suficiente para tirar-me a sensação de os ter abandonado. A ambos.

E eu? Quando é que vou ocupar-me de mim? Alguma vez conseguirei tirar algum tempo da minha vida atarefada e perfeita de super-mulher para me dedicar a mim mesma?

Venderam-nos o sonho de que o triunfo profissional é o que faz com que uma mulher se

Tema de Vida: Saúde

sinta realmente realizada, mas ao mesmo tempo educaram-nos para ser mães e donas de casa perfeitas. E eu comprei essa ideia! Claro que recebo ajuda, sobretudo da minha família.

Um ou outro dia consigo arranjar tempo para ir buscar a minha filha à escola. Nesses momentos, ser mãe está à frente de ser trabalhadora, observando com inveja como algumas mulheres, as tão rudemente chamadas de “donas de casa”, esperam pacientemente que os seus filhos acabem de brincar para os levar para casa e ajudá-los com os seus trabalhos. São dedicadas a tempo inteiro aos seus pequenos. Eu não posso. Não tenho tempo.

A crua realidade é que estou imersa num mar de dúvidas. Como qualquer profissional tento progredir no meu trabalho, chegar o mais longe que me seja possível. Como mãe, tento que não falte nada à minha filha [...].

R.B. in Educar Bem, nº4, Abril de 2007



Acompanhe-nos agora na análise de cada um dos testemunhos...

a) “...a questão da responsabilidade...”

“Era a responsabilidade de ter duas vidas nas minhas mãos”.

“São dedicadas a tempo inteiro aos seus pequenos. Eu não posso.”

Estas afirmações fazem parte do testemunho de três mães, no qual frisam um aspecto que consideram fundamental nos seus papéis de mãe: a responsabilidade.

Descreva a perspectiva de cada mãe.

Maria José Ritta	Sílvia Rizzo	R.B.

Tema de Vida: Saúde

b) Atentemos especificamente nos contextos de vida de **Sílvia Rizzo** e de **R.B.**

Estabeleça uma comparação entre ambos, descrevendo as situações em que se evidenciam os factores responsáveis pela vivência de conflitos (pessoais e/ou familiares).

Contexto de vida – **Sílvia Rizzo**


Contexto de vida – **R.B.**

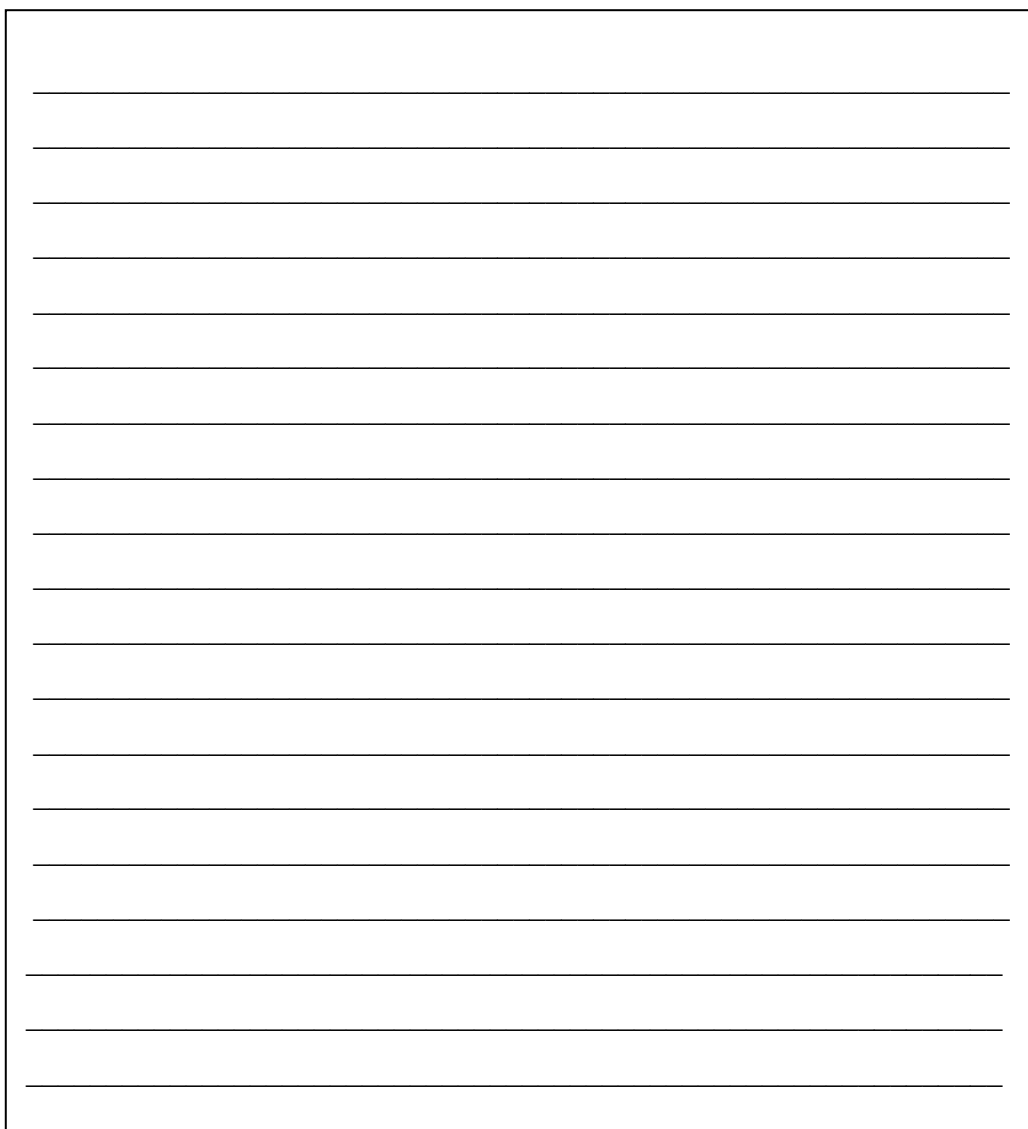
De que forma cada uma destas mães procura gerir estes conflitos (individuais e/ou familiares)?

Sílvia Rizzo

R.B.

Tema de Vida: Saúde

c) E você, quais as formas que usa ou já usou para gerir situações conflituosas e disputas em família ou no seu meio profissional? Procure falar de uma experiência pessoal. Poderá consultar os  **UTILITÁRIOS - Doc. 15**.



Segundo **Maria José Ritta...**

“...as mães em Portugal, e não só, são verdadeiros sustentáculos [apoios] da unidade familiar e são os pilares emocionais das famílias....”

...Todavia, os pilares também sofrem abalos...

Tema de Vida: Saúde

SABENDO QUE...

Saúde é um “estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença” (Organização Mundial de Saúde); Implica que “um indivíduo ou grupo é capaz, por um lado, de realizar aspirações e satisfazer necessidades e, por outro de lidar com o meio ambiente [...]”.

d) Sublinhe nos textos das entrevistas a **Sílvia Rizzo** e a **R.B.** as afirmações que traduzem a ausência deste “estado completo de bem-estar” que, de alguma forma afectou ou tem vindo a afectar a realização de aspirações [objectivos], a satisfação de necessidades (pessoais, familiares, profissionais, sociais, ...) e a capacidade de lidar com o meio (familiar, profissional, social) em que estão inseridas.

REFLECTINDO...

Para ser mãe é preciso ser profissional, mas para ser mãe e profissional é preciso **PROFISSIONALISMO!**

Imagina-se com este duplo papel?

Confirme as suas respostas na secção  **SOLUÇÕES**

**DESAFIO**

As doenças de hoje, que desafios nos colocam?

A inclusão... é uma espécie de magazine...



Fig. 1

Hoje ouvi uma notícia e confesso não queria acreditar... Tal a incongruência dos seus termos... E o que pasmo, é que os órgãos de comunicação social a apresentem de forma acrítica. Aliás, bastará apenas olhar para as palavras... Senão vejamos...

Então, parece que o Presidente da República foi a Beja, no âmbito do seu Roteiro para a Inclusão, e patrocinou uma cerimónia de entrega de €60.000, dados por diversas empresas, à CERCI [Cooperação, Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas] de Grândola, verba que irá servir para a construção de um lar para deficientes mentais...

No âmbito de quê?! Como disse?! Do Roteiro para a Inclusão?! Mas, que raio de inclusão é que poderá haver na guetização dos deficientes mentais num lar?! Não me dizem?!

A atitude do PR [Presidente da República] é louvável, a atitude das empresas é igualmente louvável, mas por favor, chamem-lhe caridade, dádiva, oferta, não lhe chamem inclusão, porque não o é...

A inclusão... é mesmo é uma espécie de magazine...

<http://fromplanetasperger.blogspot.com>, consultado a 30-01-2007

Tema de Vida: Saúde

Que comentário faz ao testemunho que acabou de conhecer?

PROPOSTA DE TRABALHO

INTEGRAR PARA MELHOR VIVER

Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger abriu delegação em Mirandela


Desde o passado sábado que Trás-os-Montes e Alto Douro passou a contar com uma delegação da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA). A terceira cidade do país – depois de Lisboa e Porto – a contar com instalações que vão permitir auxiliar os membros da associação na identificação e aconselhamento dos indivíduos com esta síndrome. [...]

Quanto a números, Piedade Monteiro aponta os 30 mil doentes em Portugal. [...] Já no que diz respeito a Mirandela, Rute Alves, a responsável pela delegação da APSA em Trás-os-Montes e Alto Douro, avança com 12 crianças, só na cidade.[...]

O papel da APSA é a divulgação, explicação às famílias e técnicos para a melhor integração dos doentes que depois de identificados pela associação, são remetidos a um diagnóstico. “Há muitos pais que não sabem os filhos que têm. E por vezes os próprios pais também não sabem que têm a síndrome”, conclui Rute Alves.

TerraQuente, 15 Janeiro 2007



A partir da leitura da notícia do jornal regional TerraQuente e com base na consulta dos  **UTILITÁRIOS - Doc. 16** faça uma breve reflexão e refira:

a) Caracterize a Síndrome de Asperger.

Tema de Vida: Saúde

b) Em que medida considera importante a existência de uma delegação da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA), em Mirandela? Aponte as principais vantagens que reconhece nesta iniciativa para doentes e familiares.

c) Considera que uma criança portadora desta Síndrome deve ser tratada de modo diferenciado das outras crianças, por exemplo por pais e professores? Justifique, e em caso afirmativo refira de que forma e em que circunstâncias.

d) Na sua opinião, de que forma o cidadão comum, em situações do quotidiano, pode contribuir para a melhor integração social de uma pessoa portadora de Síndrome de Asperger? Apresente algumas sugestões.

Tema de Vida: Saúde

REFLECTINDO...

A integração dos doentes com Síndrome de Asperger nos diferentes contextos sociais deve ser promovida pelo Estado, designadamente através de instituições de apoio e profissionais especializados, de forma a garantir os seus direitos e liberdades.

Cada um de nós pode também contribuir para a integração social dos “aspies” nos diferentes contextos de vida, designadamente na escola ou no trabalho, facilitando o estabelecimento de relações interpessoais.

E você, já alguma vez ajudou um amigo(a) a sentir-se integrado(a) num grupo? Então procure fazê-lo ...

Confirme as suas respostas na secção  **SOLUÇÕES**



DESAFIO

A saúde de todos, quem a garante?

SAÚDE E PROTECÇÃO AMBIENTAL

Os fogos florestais são uma dura realidade em Portugal com consequências ambientais habitualmente graves: perda de biodiversidade, alterações no ciclo hidrológico, erosão do solo e aumento da concentração de gases de efeito de estufa. Estas consequências ambientais acarretam, sem dúvida, implicações consequências na vida de todos os seres vivos. Também no Homem, estes efeitos se sentem ao nível da saúde, com o aumento crescente de doenças respiratórias...

Florestas Precisam de mais Protecção!

Em termos nacionais, a forma como se distribuem os meios de combate a incêndios florestais, está mais relacionada com a distribuição da população do que com a distribuição das áreas florestais.

Este problema tem consequências directas na:

Organização do ataque estendido, já que diminuindo a relação entre área florestal e meios disponíveis, aumentam as dificuldades na capacidade de concentração de meios.

Aumento da probabilidade de incêndios de maiores proporções. Se se aumenta a distância dos Corpos de Bombeiros às áreas florestais, e se temos

uma menor densidade de meios por hectare de floresta, aumentamos a probabilidade de insucesso da 1ª intervenção.

Rui Almeida, Engº Silvicultor - Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Tendo em conta o comentário deste membro do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, considera que a problemática dos incêndios florestais poderá estar relacionada com os critérios de distribuição dos meios de combate aos fogos?

Tema de Vida: Saúde

No seu entender, de que forma pode ser feita a prevenção de fogos florestais, por cada um de nós e pelas entidades governamentais competentes?

PROPOSTA DE TRABALHO**PREVENIR PARA NÃO REMEDIAR****Estão a ser ordenados sete mil e quinhentos hectares de floresta**

Um conjunto de acções está a ser levado a cabo no concelho aguiarense, no âmbito da prevenção, sensibilização e vigilância dos fogos florestais. O Presidente da Câmara de Vila Pouca de Aguiar, Domingos Dias avançou-nos com aquilo que está a ser feito: “O concelho foi muito flagelado pelos fogos e nós temos já uma grande experiência no seu combate.” [...] “Durante este Verão, já tivemos a preocupação de colocar dezenas de pessoas, através de programas ocupacionais do Rendimento Social e de Inserção, no terreno. Estas pessoas exerceram vigilância no terreno e controlo das áreas para evitar a propagação de fogos. Além disto, tivemos um voluntariado jovem que aderiu, em pleno, a esta nossa iniciativa. Cerca de 125 jovens estiveram envolvidos [...] Ainda no âmbito da prevenção, Técnicos Florestais e da Protecção Civil realizaram uma campanha de sensibilização, junto das oitenta e duas aldeias do concelho... Notificámos os proprietários de florestas, já fizemos uma candidatura para aqueles que não limpam os terrenos, para poder ser a Câmara Municipal a executar esta tarefa [...] No concelho de Vila Pouca de Aguiar, está a ser desenvolvido um plano para todo o concelho, incidindo nas zonas que devem ter protecção contra fogos. “Estamos a devastar estas zonas, de forma a acabar com o mato”.

“Temos actuado muito junto das escolas. Nós entendemos que é preciso exercer uma grande sensibilização, junto dos jovens, no sentido de dinamizar a população para este perigo.”

Cerca de trezentas “bocas-de-incêndio” estão a ser alvo de renovação e substituição. “Desde há dois anos que temos vindo a apostar na abertura de caminhos florestais em zonas inacessíveis para os carros de bombeiros. [...]

Tema de Vida: Saúde

“Nós e todos os serviços da Protecção Civil entendemos que o melhor ponto estratégico para a vigilância aérea dos fogos florestais da nossa região, é o Aeródromo do Minhéu. Andamos nesta luta a tentar que se coloquem ali as aeronaves, os helicópteros de vigilância e de combate. Temos a pista construída e um ponto de água por excelência, que é a Barragem do Alvão”.

[...] Nas áreas de intervenção a serem reflorestadas, “serão criados aceiros, pontos de água e serão plantadas várias folhosas, nomeadamente castanheiros e carvalhos. No futuro serão zonas privilegiadas de produção de castanha e de madeira. “Foi aprovada mais uma equipa de Sapadores Florestais, para o concelho. Irá ocupar-se com a limpeza de matas, implementação de aceiros, desmatação, terrenos e irão colaborar no combate a fogos florestais. Duas equipas de Sapadores Florestais funcionam sob a alçada da AguiarFloresta e serão constituídas por cinquenta homens

A Voz-de-Trás-os-Montes, 1 Fevereiro 2007 (adaptado)



Faça uma análise da notícia e reflecta em torno das questões que a seguir lhe são apresentadas:

a) Em que tipo de medidas aposta o município de Vila Pouca de Aguiar para defender as florestas do concelho?

Tema de Vida: Saúde

b) Descreva os recursos materiais e humanos que são disponibilizados na prevenção de fogos florestais e de que forma são usados.

Recursos	Acções desenvolvidas
Humanos	
Materiais	

128

c) Considera realmente importante sensibilizar as populações para o flagelo dos incêndios florestais? Descreva, em seguida, a pertinência destas campanhas de sensibilização e esclarecimento junto das populações deste concelho, considerando os efeitos que poderão ter nos incêndios do próximo Verão.

Tema de Vida: Saúde

d) O que pensa destas iniciativas da autarquia de Vila Pouca de Aguiar para a prevenção e combate dos fogos florestais? Considera que as medidas adoptadas pela autarquia são viáveis, isto é, são suficientes e adequadas às necessidades do concelho? Justifique.

e) Relativamente à área florestal ardida no concelho aguiarense, que medidas serão tomadas com vista à recuperação dos ecossistemas?

REFLECTINDO...

A saúde de todos os seres vivos é determinada pelas condições do meio ambiente em que vivem. Os fogos florestais são responsáveis por alterações significativas nos ecossistemas. A elevação da concentração de gases de efeito de estufa na atmosfera provocada pelos incêndios desencadeia o aumento de problemas de saúde, designadamente de natureza respiratória.

Depende das entidades governamentais competentes, mas também de cada um de nós, a defesa e preservação das florestas, porque delas depende também a qualidade de vida presente e futura das espécies!

Confirme as suas respostas na secção  **SOLUÇÕES**

AUTO-AVALIAÇÃO

INSTRUMENTO DE REFLEXÃO E AUTO-AVALIAÇÃO

Terminada esta unidade, chegou o momento de fazer um balanço das competências que adquiriu e/ou aprofundou e reflectir sobre a sua evolução. Reveja o seu percurso e sirva-se do instrumento que lhe propomos para se autoavaliar, colocando uma cruz no ponto em que se encontra e, no final, identificando as suas dificuldades para as poder superar.

Unidade de Competência	Competências		Sim	Em parte	Ainda não		Muito	Pouco	Muito pouco	
CE3D Competências de relacionamento interpessoal	• Ensino os outros.	ADQUIRI e/ou APROFUNDEI COMPETÊNCIAS?...				COMO EVOLUI?...				
	• Conduzo negociações.									
	• Faço gestão e negociação de disputas.									
	• Tomo posição sobre a reintegração social das vítimas de acidentes.									
	• Relaciono meio ambiente e desenvolvimento socioeconómico.									
	• Conheço o papel do Estado na promoção da saúde dos cidadãos.									
Principais dificuldades:										

Aspectos que ainda posso melhorar:

ÍNDICE

- Doc. 1 - Manifestações Comportamentais
- Doc. 2 - Dinâmica de grupos
- Doc. 3 - Onde se esconde o emprego?
- Doc. 4 - Como aproveitar o desemprego?
- Doc. 5 - Técnicas de procura de informação à distância
- Doc. 6 - Desdobrável
- Doc. 7 - Requisitos de resposta a um anúncio de jornal
- Doc. 8 - Autorização de Permanência (Decreto-Lei nº4/2001)
- Doc. 9 - Carta dos Direitos e Deveres do Utente
- Doc. 10 - Protecção legal de mulheres vítimas de violência
- Doc. 11 - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
- Doc. 12 - Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Doc. 13 - As apostas do governo no combate ao tráfico de pessoas
- Doc. 14 - Regras de elaboração de um cartaz
- Doc. 15 - Estratégias de negociação interpessoal
- Doc. 16 - O que é a Síndrome de Asperger?



MANIFESTAÇÕES COMPORTAMENTAIS**Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção**

A característica essencial de Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção é um padrão persistente de falta de atenção e/ou impulsividade-hiperactividade, com uma intensidade que é mais frequente e grave que o observado habitualmente nos sujeitos com um nível semelhante de desenvolvimento (em outras pessoas da mesma idade). Alguns sintomas de hiperactividade-impulsividade ou de falta de atenção que causam problemas devem ter-se manifestado antes dos sete anos de idade. Alguns problemas relacionados devem ocorrer, pelo menos, em duas situações (por exemplo, em casa, na escola ou no trabalho). Devem existir provas de um défice clinicamente significativo do funcionamento social, escolar ou profissional.

Para ser atribuído o diagnóstico de Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção é necessário que persistam as dificuldades em prestar atenção que se podem traduzir em descuido nas tarefas escolares, em distrair-se com facilidade, em esquecer-se com frequência das actividades do dia-a-dia, em organizar tarefas, não ouvir quando lhe falam directamente, em envolver-se em actividades escolares que envolvam um esforço mental mantido e com frequência, perder objectos necessários às actividades a realizar. Os sintomas desta perturbação são tipicamente mais frequentes durante os primeiros anos de escola.

Muitas crianças superactivas (frequentemente inquietas), contudo não chegam a desenvolver a perturbação, é necessário dar especial atenção à distinção entre actividade intensa normal e hiperactividade característica da Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção. Nesta última, a hiperactividade caracteriza-se por movimentos excessivos das mãos e pés, com frequência, mesmo sentado(a); levantar-se frequentemente na sala de aula ou noutros locais onde se espera que esteja sentado(a); correr ou saltar excessivamente em situações em que é desadequado; ter dificuldade em jogar ou dedicar-se tranquilamente a uma actividade de lazer; falar, de modo frequente, em excesso e andar como se estivesse “ligado a um motor”.

Associados aos sintomas de hiperactividade estão os sintomas de impulsividade. Estes caracterizam-se pela precipitação das respostas, pela dificuldade em esperar pela sua vez e pela frequência com que interrompe ou interfere nas actividades dos outros (por exemplo intrometer-se na conversa dos outros ou jogos).

À medida que as crianças se desenvolvem e entram na última fase da infância e início da adolescência os sinais de actividade motora excessiva, por exemplo as corridas e os saltos em excesso são menos frequentes. Na idade adulta a inquietação motora (não estar parado) pode levar a dificuldades em participar em actividades sedentárias (para-

das) e a evitar passatempos ou ocupações que permitam poucas oportunidades para o movimento livre.

Perturbação do Comportamento

Um padrão de comportamento repetitivo e persistente, em que são violados os direitos básicos dos outros ou importantes regras ou normas sociais próprias da idade, manifestando-se pela presença de três (ou mais) dos seguintes critérios, durante os últimos 12 meses, e pelo menos de um critério durante os últimos 6 meses:

- Agressão a pessoas ou animais [...];
- Destruição da propriedade [...];
- Falsificação ou roubo (arrombar a casa, a propriedade ou o automóvel de outra pessoa; mentir com frequência para obter ganhos ou favores ou evitar obrigações; roubar objectos de certo valor sem confrontação com a vítima);

Violação grave das regras (fugir de casa com frequência; faltar frequentemente à escola; permanecer fora de casa à noite, apesar da proibição dos pais,...). A Perturbação do Comportamento causa um défice clinicamente significativo no funcionamento social, escolar ou laboral. Se o sujeito tem 18 anos ou mais, não reúne os critérios de Perturbação da Personalidade.

DSM-IV-TR (Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais), 2000

DINÂMICA DE GRUPOS**Liderança**

Fenómeno de influência interpessoal exercida em determinada situação através do processo de comunicação humana, com vista à comunicação de determinados objectivos.

OU

A liderança é a capacidade de orientar, guiar um grupo, no sentido da consecução dos seus objectivos.

Estilos de Liderança:

- Estilo Autoritário
- Estilo Democrático
- Estilo Liberal

Estilo Autoritário

- Apenas o líder fixa as directrizes, sem qualquer participação do grupo
- O líder determina as providências e as técnicas para a execução das tarefas, uma de cada vez, à medida que são necessárias para o grupo
- O líder determina qual a tarefa que cada um deve executar e qual o seu companheiro de trabalho
- O líder é dominador e é “pessoal” nos elogios e nas críticas ao trabalho de cada subordinado

Consequências:

- O grupo revela tensão, frustração, agressividade, ausência de espontaneidade e iniciativa
- Não revelam satisfação em relação à tarefa
- O trabalho só se desenvolve na presença física do líder

Estilo Democrático

- As directrizes são decididas e debatidas pelo grupo
- O grupo esboça as providências e as técnicas para atingir os objectivos, solicitando

aconselhamento ao líder quando necessário

- O grupo decide sobre a divisão das tarefas e cada membro tem a liberdade para escolher o seu companheiro de trabalho
- O líder é objectivo e quando critica e elogia limita-se aos factos

Consequências:

- Desenvolve-se a amizade entre os vários elementos do grupo
- O líder e os subordinados desenvolveram comunicações espontâneas, francas e cordiais
- Clima de satisfação

Estilo Liberal

- Os elementos do grupo têm liberdade completa para tomar as decisões com a participação mínima do líder
- A participação do líder é limitada
- O grupo decide sobre a divisão das tarefas e escolhe os seus companheiros. O líder não participa
- O líder não regula nem avalia o que se passa no grupo

138

Consequências:

- Produção insatisfatória
- As tarefas desenvolvem-se ao acaso com oscilações e perde-se muito tempo com discussões
- Individualismo agressivo e pouco respeito pelo líder

Conflito

Resulta de pontos de vista diferentes que devem ser partilhados e discutidos abertamente. O desacordo aberto pode proporcionar maior exploração de sentimentos, de valores, atitudes e pontos de vista, favorecendo a expressão individual e a busca de melhores decisões. O facto dos conflitos fazerem parte da vida não significa necessa-

riamente que sejam destrutivos.

Tipo de Conflitos:

TIPO	CARACTERÍSTICAS	RESULTADO
FUGA / ADIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Insatisfação das partes envolvidas • Tensão permanente • Táticas de adiamento da discussão • Repressão de reacções emocionais 	Nem resolve o problema – nem contempla nenhuma das soluções das partes
LUTA	<ul style="list-style-type: none"> • Medição de forças • Vencedor e vencido • Utilização de autoridade formal com força dominante • Hostilidade e humilhação para o perdedor 	PERDE – GANHA Problema por resolver
NEGOCIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Não há vencedor nem vencido • Todas as partes ficam a ganhar • Cada parte desiste de alguma coisa • Não se medem forças nem se silenciam vozes • Satisfação das partes 	GANHA – GANHA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

Negociação

Processo através do qual se gere determinado conflito, de forma a chegar a um acordo com os outros.

A capacidade de negociação supõe:

- Capacidade de determinar a natureza do conflito
- Capacidade de abrir o diálogo
- Capacidade de escutar e compreender o ponto de vista da outra parte
- Capacidade de encontrar uma solução aceitável para todos os intervenientes.



ONDE SE ESCONDE O EMPREGO?

A única solução é mesmo reforçar o empenho e multiplicar os métodos de busca para conseguir o resultado esperado. Para quem está a passar por uma situação de desemprego, ajudamo-lo a descobrir os vários caminhos para o seu emprego.

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) surpreenderam o país ao anunciar um forte crescimento do desemprego no último trimestre de 2006. Apesar das perspectivas animadoras que vão sendo apontadas pelos governantes, a verdade é que os dados são desanimadores e não prenunciam grandes melhorias para o sector a curto prazo.

É certo e sabido que os tempos não estão fáceis, mas a única solução é mesmo reforçar o empenho e multiplicar os métodos de busca para conseguir o resultado esperado. Para quem está a passar por uma situação de desemprego, ajudamo-lo a descobrir os vários caminhos para o seu emprego:

Anúncios de Emprego – Os “classificados” de emprego são a forma mais utilizada pelas empresas para darem a conhecer as suas vagas em aberto. Procurar oportunidades adequadas ao seu perfil e ir respondendo a todos os anúncios, com um CV completo e uma Carta de Apresentação cuidada, é o passo mais certo para um novo emprego. Não deixe de ler as nossas dicas para aprender a interpretar um anúncio de emprego.

Contactos pessoais - Por muito que custe acreditar, um grande número de oportunidades de emprego não chegam sequer a ser divulgadas publicamente. Desta forma, amigos de longa data, familiares ou meros “conhecidos”, podem ser uma forma útil de se manter a par das movimentações e eventuais vagas que possam surgir no mercado. Faça saber que está activamente à procura de emprego e utilize da melhor forma a sua rede de contactos.

Headhunters (1) – Os “caçadores de talentos” sabem onde e como encontrar os profissionais mas qualificados para as empresas suas clientes. Sobretudo para os perfis de topo, com experiência considerável no mercado de trabalho, ser contactado por um headhunter é uma oportunidade única de se aproximar das melhores oportunidades de carreira, nas melhores empresas nacionais e internacionais. Conheça os requisitos dos perfis mais procurados que já abordámos.

Feiras de Emprego (2) – Apesar de serem uma realidade relativamente recente entre nós, as Feiras de Emprego são eventos cada vez mais populares entre candidatos e empresas recrutadoras, aproximando e personalizando o contacto entre as duas partes do processo de recrutamento. Não podendo, na sua maioria, dar a solução imediata para quem está desempregado, a verdade é que, quando bem aproveitadas, podem ter um papel de relevância para o sucesso futuro a nível profissional. Saiba mais sobre como aproveitar, da melhor forma, a ida a uma feira de emprego.

Instituições de Ensino e Formação – Cada vez mais, o papel dos Gabinetes de Estágios e Saídas Profissionais nas Instituições de Ensino são fundamentais no apoio aos recém licenciados ou estudantes em início da sua vida activa. Com maior ou menor eficácia, estes gabinetes garantem aos alunos uma aproximação às empresas e organizações, apoiando a sua entrada no mercado de trabalho. Por parte do candidato, apenas terá de se dirigir ao responsável deste departamento para esclarecer as suas dúvidas e ter o encaminhamento adequado ao seu caso.

Candidaturas Espontâneas – Muitas das grandes empresas apostam em procurar candidatos entre bases de dados de CV's próprias ou disponibilizadas por terceiros. Assim, a candidatura espontânea é a forma ideal de um candidato se dar a conhecer a uma empresa, fazendo a “auto-promoção” das suas capacidades pessoais e profissionais, de modo a despertar o interesse para um contacto pessoal.

Internet – O recrutamento on-line representa uma das mais actuais, úteis e dinâmicas aplicações das tecnologias de informação. São várias as vantagens em termos de autonomia, flexibilidade e rapidez dos processos de recrutamento, e a tendência tem-se vindo a confirmar com cada vez mais empresas e candidatos a recorrer à Internet como ponto de encontro das suas necessidades. Paralelamente, é na “web” que candidatos podem encontrar toda o tipo de informação, auxiliares importantes para a sua vida profissional e para a pesquisa de emprego.

(1) Ser “apanhado” por um *headhunter*

Para o ajudar a “entrar na mira” dos “caçadores de talentos” o SuperEmprego dá-lhe a conhecer os requisitos dos perfis mais procurados.

Apesar da época mais “quente” para o headhunting ser entre Março a Outubro, é durante todo o ano que se constrói uma carreira e um perfil profissional apetecível em termos de mercado.

Para o ajudar a “entrar na mira” dos “caçadores de talentos” o SuperEmprego dá-lhe a conhecer os requisitos dos perfis mais procurados.

- **Os “craques”** Ser um especialista na sua área de actividade é o elemento chave para ser contactado por um headhunter. Os bons “caçadores de talentos” têm um faro apurado para reconhecer e “apanhar” os melhores profissionais.

- Ser reconhecido no mercado. De nada vale ser um profissional excepcionalmente bom e com as competências exigidas pelo mercado se ninguém o conhecer. É preciso saber mostrar-se dentro e fora da empresa para entrar na mira dos headhunters.

- **Directores**, vice-presidentes e presidentes Uma posição de destaque na hierarquia empresarial é passaporte garantido para cair no alvo dum caçador de talentos.

- **Formação ou experiência no estrangeiro** Outra boa forma de se destacar no mercado é ter no seu curriculum alguma experiência internacional que evidencie diferentes conhecimentos e práticas de trabalho.

- **Evolução profissional** Ter um percurso diversificado, passando por várias áreas e departamentos ao longo da sua carreira, e um cargo adequado à sua idade e ao tempo de mercado, é requisito essencial para uma abordagem por um destes profissionais.

- **Uma ampla rede de conhecimentos** Nesta “busca de talentos” quanto mais pessoas conhecer, dentro e fora do ramo, maiores são as probabilidade de ser conhecido ou falarem de si. Acredite que, com uma ampla rede de contactos, o seu nome chegará mais facilmente aos “ouvidos” atentos de um headhunter.

- **Palestras e seminários** Não fique passivamente à espera que o encontrem, faça-se ver! A organização e participação em conferências e debates relacionados com a sua área profissional ou a colaboração com meios de comunicação de destaque são um

meio eficaz para divulgar a sua actividade e perfil profissional.

(2) Feiras de Emprego: um candidato entre milhares.

Saiba qual a melhor abordagem para este tipo de eventos e aprenda a colocar-se estrategicamente acima de todos os outros visitantes.

Apesar de serem uma realidade relativamente recente entre nós, as Feiras de Emprego são eventos cada vez mais populares entre candidatos e empresas recrutadoras, aproximando e personalizando o contacto entre as duas partes do processo de recrutamento. Não podendo, na sua maioria, dar a solução imediata para quem está desempregado, a verdade é que, quando bem aproveitadas, podem ter um papel de relevância para o sucesso futuro a nível profissional.

Quer seja um estudante universitário, recém-licenciado ou um profissional activo, saiba qual a melhor abordagem para este tipo de eventos e aprenda a colocar-se estrategicamente acima de todos os outros visitantes.

Faça o pré-registo. Algumas feiras possibilitam que os candidatos façam um registo prévio para o evento e, se assim quiserem, incluir o seu Curriculum Vitae para eventuais interessados. Desta forma, as empresas participantes podem analisar previamente os diversos CVs e, eventualmente, assinalar algum candidato em particular para posterior contacto.

Antecipe-se! Muitos candidatos vão a estes eventos para recolher informação sobre as empresas e tentar a sorte. Antecipe o seu sucesso fazendo alguma pesquisa sobre as empresas que estarão presentes. Em vez de ir pedir informações sobre eventuais empregadores, saberá de antemão quais as empresas que lhe podem interessar e terá a possibilidade de fazer uma abordagem muito mais profissional

Não se esqueça do Curriculum Vitae. Muitas empresas utilizam estes eventos como pontos de recolha de candidaturas para a sua base de dados interna. Leve consigo pelo menos dois exemplares, por cada empresa que lhe possa interessar. Se tem diferentes áreas de interesse, tente adaptar cada versão do seu CV e Carta de Apresentação à empresa a que se destina.

Vista-se adequadamente. Lembre-se que a primeira impressão é sempre a mais marcante, por isso é essencial uma boa imagem profissional para esta abordagem ao mercado. Tenha em conta o que é esperado a alguém com o seu perfil e saiba vestir-se de acordo com as regras...

Planeie a sua visita. Classifique as empresas participantes de acordo com o grau de

interesse que têm para si e organize a sua visita de acordo com esta classificação. Dependendo do número de stands e visitantes, poderá ser mais ou menos confuso cumprir os seus objectivos, pelo que convém manter alguma flexibilidade ao plano traçado

Saiba apresentar-se em 60 segundos. Regra geral o tempo que pode ser dispendido com os candidatos é muito reduzido. Treine uma mini-apresentação que destaque o que pode oferecer à empresa e quais as suas potencialidades profissionais. E não esqueça os três pontos-chave adicionais: um aperto de mão firme, entusiasmo e contacto visual.

Follow-up [posteriormente, após a visita]. Estranhamente, são poucos os candidatos que dão seguimento aos contactos estabelecidos com potenciais recrutadores. Enviar um e-mail, no dia seguinte, a agradecer o tempo dispendido será suficiente para deixar uma marca positiva e ficar numa posição de destaque.

<http://expressoemprego.clix.pt>, consultado a 24-01-2007



COMO APROVEITAR O DESEMPREGO?

Estar desempregado pode não ser tão mau quanto julga ou, pelo menos, pode ser uma situação possível de ser mais bem aproveitada do que pensa. Aposte na sua formação e encare esta situação temporária como uma nova etapa para conseguir um emprego melhor.

Descanse e aprenda

Pode ser assim que pode encarar a fase de desemprego. É importante não desesperar nem pensar que nunca vai conseguir sair desta situação. Tudo na vida é temporário, logo esta nova fase também. Aproveite da melhor maneira este “tempo livre” que lhe proporcionaram e prepare-se para a chegada de uma melhor fase na sua vida.

Pode aproveitar este tempo de várias formas, mas descansar e aprender são, talvez, as mais importantes.

Descansar: é extremamente importante que antes de iniciar uma nova batalha descanse corpo e mente. Tire algum tempo para si. Mime-se. Aclare a mente de forma a conseguir elaborar novas estratégias de luta e de valorização pessoal. Pratique yoga ou faça um pouco de exercício físico - “Mente sã em corpo são”. Descomprima e esqueça todos os seus problemas. Foque todas as suas energias na sua valorização e na procura de um novo emprego. Não se deixe abater por maus espíritos e encare tudo com grande optimismo.

Aprender: o desemprego pode ser um tempo de reflexão e renovação, até de melhoramento das suas capacidades. E porque o saber não ocupa lugar, quatro razões para nesta fase apostar na sua educação:

- Investimento para um melhor emprego;
- Conhecer pessoas em situação semelhante com quem pode trocar ideias e aprendizagens;
- Adicionar estruturas e pontos de interesse a um período de tempo que pode, por vezes, parecer irregular e mal definido;
- Mostrar aos seus futuros empregadores que é uma pessoa determinada e motivada e que apesar de estar desempregada apostou em algo que pode vir a melhorar a sua carreira.

É importante que haja depressa e que saiba aproveitar todo o tempo que tem disponível para lançar mãos a este novo investimento. Os primeiros dias de desempregado são os dias cruciais para agir. **Não se deixe abater pelo desânimo e vá à luta!**

Procure todo o tipo de informação em educação e formação. Contacte o centro de emprego mais próximo da sua área de residência e informe-se sobre todo o tipo de cursos que eles têm para lhe oferecer. Mas não se fique por aqui. Contacte escolas, institutos e universidades, vá a colóquios, congressos ou seminários, inscreva-se em cursos de formação, aborde outras áreas de interesse que não a sua, torne-se polivalente. Aprenda por si.

Ao mesmo tempo que se empenha na sua formação e investe na sua educação, **continue a procurar emprego** e invista no emprego que mais lhe agrada mesmo que tenha de interromper a sua aprendizagem.

Tenha sempre presente que esta é uma fase “diferente” na sua vida. Pode ser complicado conseguir conciliar a procura de emprego com o seu programa de aprendizagem ou até mesmo o curso que entretanto começou com o emprego que depois conseguiu. E porque não pôr a hipótese de optar por cursos pós-laborais?

Com um pouco de preparação e empenho você pode transformar um período de despedimento num período de crescimento. Educação e formação podem dar-lhe o empurrão que lhe faltava para reentrar na vida activa.

TÉCNICAS DE PROCURA DE INFORMAÇÃO À DISTÂNCIA**Como procurar Informação na Internet**

As pesquisas na Internet não são tão fáceis quanto parecem. Frequentemente, quem pesquisa na Internet é confrontado com uma vontade súbita em desligar imediatamente o computador quando não consegue encontrar aquilo que procura. Quem pesquisa na Internet deve, em primeiro lugar, estar consciente que não existem receitas milagrosas para ser bem sucedido na pesquisa.

Para quem pesquisa na Internet, os nomes dos motores de busca mais conhecidos (Google, Yahoo, AltaVista - ou, em Portugal, o Sapo, o Aeiou, o Cusco ou o Clix) tornaram-se instrumentos de pesquisa incontornáveis. Estes são alguns dos inúmeros motores de busca que ajudam a pesquisar informação na Internet. O êxito de qualquer pesquisa passa por tomar conhecimento que os motores de busca não funcionam todos da mesma maneira.

Passos essenciais para otimizar a pesquisa na Internet:

1) Na Internet, mais do que em qualquer outro suporte, a pesquisa tem de ser devidamente feita e planeada. A sorte necessária para se encontrar aquilo que realmente se pretende depende da capacidade em se definir claramente aquilo que se procura. Conceber e planear a pesquisa obriga a ter respostas claras para as seguintes perguntas:

- a) qual a informação pretendida;
- b) que palavras-chave podem conduzir a essa informação;

2) Selecção das ferramentas de pesquisa.

3) Metodologia da pesquisa.

Uma pesquisa na Internet exige **paciência**, **flexibilidade** e **prudência**. **Paciência** porque é quase impossível dispor de tempo para explorar todos os resultados listados na sequência de uma pesquisa, ou porque a ligação à Internet pode ser lenta e levar ao desespero. **Flexibilidade** porque é necessário conjugar e articular várias ferramentas para se encontrar a informação pertinente. **Prudência** porque quando se encontra a informação pertinente é necessário tomar medidas que garantam o seu acesso nos dias seguintes. Uma dessas medidas é inserir o endereço encontrado na lista dos Favoritos (*bookmarks*). Ainda que o ficheiro dos Favoritos cresça de forma assustadora é sempre prefe-

rível tentar encontrar lá o endereço ou a informação do que ter de os procurar de novo em toda a Internet. A medida mais prudente é gravar o ficheiro ou a(s) página(s) em disco.

Concepção da Pesquisa

Quem? O quê? Onde? Quando? Porquê? Como?

A concepção de uma pesquisa na Internet obriga no mínimo a reflectir sobre a pesquisa a partir de duas questões essenciais:

- 1) O que é que eu procuro exactamente?
- 2) O que pretendo fazer com o que procuro?

O desenvolvimento da pesquisa obriga, por sua vez, a tirar notas e a registar procedimentos de modo a permitir uma inquirição sistemática.

Quem?

Quem necessita da informação?

Uma única pessoa? Um grupo específico?

Qual o nível de conhecimento sobre o assunto?

Qual o nível de formação? Qual o nível de estudos?

A que título?

Qual o estatuto? Qual a função? Qual o nível de responsabilidade?

O quê?

Que tipo de informação?

Um endereço? Estatísticas? Uma definição? Esclarecimentos sobre um conceito? Artigos de imprensa? Estudos? Pontos de vista de peritos? Instrumentos práticos? Exemplos de experiências?

Qual a língua desejada?

Em português? Noutra língua? Em várias línguas em simultâneo?

Onde?

Quais os limites geográficos?

Em que continente? Em que país?

A que nível?

Nacional? Académico? União Europeia? Lusofonia?

Que lugares-recurso?

Na Internet? Sem ser na Internet?

Quando?

Quais os limites temporais?

Uma data precisa? Qual o grau de anterioridade?

Com que frequência?

Trata-se de uma questão pontual ou frequente?

Qual o prazo?

Quanto tempo disponho para a pesquisa?

Porquê?

Para que serve a informação?

Qual o objectivo principal?

Quais os objectivos adicionais?

Satisfazer uma curiosidade pessoal? Tomar uma decisão? Se sim, qual? Preparar uma aula, uma apresentação, uma intervenção? Se sim, em que contexto?

Como?

Com que meios?

De que meios disponho?

Com que ferramenta(s)?

Uma ou várias ferramenta(s)? Uma ferramenta geral ou especializada?

Com que método?

Com que palavras-chave? Com que sintaxe? Qual o modo de pesquisa: simples ou avançada?

Como escolher?

1) Encontrar as palavras-chave adequadas. Estas devem ser suficientemente precisas.

Deve-se:

a) Evitar os termos excessivamente gerais susceptíveis de originar demasiado “ruído” nas respostas.

b) De preferência, escolher termos específicos que podem ser generalizados na sequência da pesquisa.

2) O tipo de palavras

a) De preferência, escolher nomes.

b) Utilizar as outras palavras (verbos, adjectivos, advérbios, pronomes) sobretudo nas expressões entre aspas.

3) O número de palavras

a) Quanto maior for o número de palavras, mais se restringe a pesquisa.

b) Uma única palavra pode ser suficiente.

c) Tentar nunca incluir na equação de pesquisa inicial mais do que três palavras.

4) A ordem das palavras (nalguns motores é um factor relevante)

a) Quais as palavras-chave prioritárias?

b) Começar pelas palavras mais importantes (verificar sempre em cada motor a sintaxe aceite para pesquisa).

DESDOBRÁVEL

Um desdobrável é geralmente um documento em tamanho A4, mas que pode ser apresentado em vários formatos inferiores. Contém geralmente mais informação do que um cartaz, mas pretende igualmente chamar à atenção do leitor através do recurso a técnicas de apresentação apelativas [atractivas].

Regras de elaboração

- Título curto, simples e atractivo;
- Subtítulos descritivos, com uma linguagem clara e acessível;
- Uso de contrastes de cores e tamanhos de letras e fundos;
- Textos descritivos, mas com preocupação de síntese e clareza do discurso;
- Possibilidade de inclusão de imagens ou gráficos apelativos como complemento da informação escrita;
- Prioridade da forma de linguagem escrita.

www.google.pt, consultado a 06-02-2007



REQUISITOS DE RESPOSTA A UM ANÚNCIO DE JORNAL**Elaboração de uma Carta de Apresentação**

A elaboração de uma resposta em carta a um anúncio de jornal pressupõe um conjunto de regras e elementos fundamentais, conforme se apresenta em seguida.

Regras:

1. Deve ser redigida de forma pessoal e atractiva;
2. Deve ser adaptada à oferta e às características exigidas;
3. Deve ser capaz de traduzir as motivações do candidato;

Elementos que deve conter:

4. Data
5. Identificação pessoal (contactos)
6. Identificação do destinatário
7. Introdução
8. Referência à função
9. Motivações da candidatura
10. Informação que demonstrem conhecimento da empresa
11. Características pessoais/qualificações
12. Disponibilidade
13. Referência ao envio de Currículo Vitae
14. Agradecimentos e cumprimentos
15. Assinatura

Para melhor compreender como se aplicam estas regras e como deve referir os seus elementos fundamentais apresenta-se, em seguida, um modelo de resposta a um anúncio de jornal...

Modelo de carta de apresentação:

Joaquim Roque D'Almeida

Rua N^a Sr^a Carmo

**** Rio Tinto

Tel. ***** ou *****

e-mail: *****@***.pt

Exmo. Sr. ou Sr.^a:

Em virtude do anúncio publicado no Jornal***** de 3 de Outubro do corrente ano, referente ao cargo de empregado(a) de escritório, venho por este meio apresentar a minha candidatura ao mesmo.

Atendendo à minha experiência profissional (ver currículo vitae em anexo), considero que preencho os principais requisitos para a realização, com êxito, da função em questão, destacando o contacto que pude ter com o ramo Imobiliário, aquando da minha permanência numa empresa de materiais de construção civil, onde desempenhei funções muito semelhantes às pretendidas pela vossa empresa.

As minhas características pessoais de dinamismo, gosto pela aprendizagem, bem como pelo contacto com o público, poderão, de igual modo, contribuir para um bom desempenho no caso de vir a ser seleccionado.

Sem outro assunto de momento e agradecendo a sua atenção, deixo a minha inteira disponibilidade, através dos contactos anteriormente referidos, para quaisquer esclarecimentos adicionais e/ou eventual marcação de uma entrevista.

Com os melhores cumprimentos,

Joaquim Roque D'Almeida
Rio Tinto, 4 de Outubro de 2004

Como escrever um Curriculum Vitae (CV)

Um CV bem escrito e estruturado é meio caminho andado para arranjar um novo emprego. Conheça algumas sugestões.

Regras de ouro

O seu CV é um cartão de visita que pode fazer a diferença entre um convite para uma entrevista ou a cartinha a dizer que não foi seleccionado.

Portanto, está na hora de transformar o seu CV numa arma eficaz:

Informações relevantes

Refira todas as informações que salientem as suas mais valias e aumentem as possibilidades de obter uma entrevista.

O facto de organizar todos os anos um festival de sardinhas não interessa quando se candidata para a função de Web Designer. Se, pelo contrário, quer trabalhar numa agência de organização de eventos, a informação torna-se importante.

Molde o seu CV ao emprego para o qual se candidata.

Tamanho reduzido

Tente reduzir o seu CV a duas folhas.

Bem organizado

Divida o seu CV em secções claras (por ex. dados pessoais, formação, experiência profissional, observações etc.) Coloque bastantes espaços em branco para o tornar mais legível.

Exemplos concretos

Espírito de equipa, capacidade de perseverança e facilidade de contacto são características bonitas, mas sem exemplos concretos ficam vazias de significado. Indique concretamente como, no passado, demonstrou o seu espírito de equipa ou onde já aplicou a sua capacidade de perseverança.

Tipo de CV

Um CV cronológico fornece uma listagem da sua formação e experiência de acordo com uma sequência lógica no tempo. Um CV funcional junta qualidades e características por área relevante.

Sinceridade

Uma pequena mentira a seu favor parece inocente mas pode ter consequências negativas. Ao mentir no seu CV arrisca-se a ser apanhado mais cedo ou mais tarde.

Voz activa

Use verbos dinâmicos e activos como organizar, presidir, ensinar, etc.

Aparência gráfica

Cada CV que envia deve ser uma impressão original.

Manchas, dobras nos cantos e vincos são proibidos.

www.expressoemprego.clix.pt, consultado a 24-01-2007

MODELO EUROPEU DE CURRICULUM VITAE



INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	FARIA, JOSÉ
Morada	34, Rua das Flores, 5000-417, Vila Real, Portugal
Telefone	259876708
Fax	259764863
Correio electrónico	josefaria@hotmail.com
Nacionalidade	portuguesa
Data de Nascimento	11-06-1951

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• Datas (de – até)	1998- 2007 – Comerciante em nome individual 1977-1998 – Empregado de balcão
• Nome e endereço do empregador	José Faria, Rua das Flores, 34, 500-417 Vila Real Armando Sousa, Travessa da Alegria, 2, Boticas
• Tipo de empresa ou sector	café
• Função ou cargo ocupado	Patrão Empregado de balcão
• Principais actividades e responsabilidades	Servir à mesa, registar pagamentos, atender ao balcão

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

• Datas (de – até)	2005- Curso de Picheleiro; 1965 – 6º ano de escolaridade
• Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Escola EB 2, 3 de Santa Maria da Feira
• Principais disciplinas/competências profissionais	Português, Matemática, Geografia, História
• Designação da qualificação atribuída	Bom
• Classificação obtida (se aplicável)	

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS</p> <p><i>Adquiridas ao longo da vida ou da carreira, mas não necessariamente abrangidas por certificados e diplomas formais.</i></p>	
--	--

<p>PRIMEIRA LÍNGUA</p>	<p>Português</p>
-------------------------------	------------------

<p>OUTRAS LÍNGUAS</p>

<p>• Compreensão escrita</p>	
<p>• Expressão escrita</p>	
<p>• Expressão oral</p>	

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS SOCIAIS</p> <p><i>Conviver e trabalhar com outras pessoas, em meios multiculturais, em funções onde a comunicação é importante e situações onde o trabalho de equipa é essencial (por exemplo, a nível cultural e desportivo), etc.</i></p>	<p>Pertenço ao grupo de escuteiros da minha freguesia; Sou bombeiro voluntário em Vila Real e organizo festas e convívios na aldeia.</p>
---	--

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO</p> <p><i>Por exemplo coordenação e gestão de pessoas, projectos, orçamentos; no trabalho, em trabalho voluntário (por exemplo, a nível cultural e desportivo) e em casa, etc.</i></p>	<p>Organizei a Viagem para Fátima das pessoas idosas da minha Aldeia no ano passado.</p>
---	--

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS TÉCNICAS</p> <p><i>Com computadores, tipos específicos de equipamento, máquinas, etc.</i></p>	<p>Sei Funcionar com a Empilhadora, Rebarbadeira, Máquina de tirar café, Máquina de cortar Fiambre.</p>
---	---

<p>APTIDÕES E COMPETÊNCIAS ARTÍSTICAS</p> <p><i>Música, escrita, desenho, etc.</i></p>		Sei Tocar Viola
<p>OUTRAS APTIDÕES E COMPETÊNCIAS</p> <p><i>Competências que não tenham sido referidas acima.</i></p>		
Carta(s) de Condução		Possuo carta de condução de ligeiros
<p>INFORMAÇÃO ADICIONAL</p>		
ANEXOS		B.I, CONTRIBUINTE E CERTIFICADO DE HABILITAÇÕES



AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA (DECRETO-LEI 4/2001)

Trata-se de um mecanismo legal criado pelo Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro, que permite que seja autorizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) a permanência em Portugal a estrangeiros que se encontram em Portugal e que não são titulares de visto adequado. É a chamada autorização de permanência concedida pelo prazo de um ano e prorrogável (extensível) até cinco anos. Cada cidadão estrangeiro deverá reunir as seguintes condições:

1. Ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT);
2. Não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses;
3. Não ter sido sujeito a medida de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal;
4. Não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes;
5. Não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema integrado de informações do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Ministério da Administração Interna)

Como posso pedir uma autorização de permanência?

A nova lei de imigração revogou [anulou] o regime das autorizações de permanência, ou seja, agora já não pode apresentar um pedido.

Isso significa que já não posso conseguir autorização de permanência?

Não. O disposto na nova lei não prejudica os pedidos de concessão [permissão] de autorizações de permanência pendentes, já entregues, à data da sua entrada em vigor. Mas se não entregou o seu pedido, agora já não pode entregar.

• O que é uma autorização de residência permanente?

A autorização de residência permanente tem as seguintes características:

1. Não tem limite de validade;

2. O título de residência deve ser renovado de cinco em cinco anos ou sempre que tal se justifique, isto é, quando se verificarem alterações nos elementos de identificação pessoal.

▪ **Quem pode requerer [pedir] uma autorização de residência permanente?**

Podem beneficiar de uma autorização de residência permanente os estrangeiros que, cumulativamente [simultaneamente]:

1. Residam legalmente em território português há, pelo menos, 5 ou 8 anos, conforme se trate, respectivamente, de cidadãos de Países de Língua Oficial Portuguesa ou de outros países;
2. Durante os últimos 5 ou 8 anos de residência em território português, conforme os casos, não tenham sido condenados, por sentença transitada em julgado, em pena ou penas que, isolada ou no seu conjunto, ultrapassem um ano de prisão.

▪ **Onde e como posso pedir uma Autorização de Residência? Preciso de efectuar algum pagamento?**

O pedido de autorização de residência deve ser entregue junto da Direcção Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras da sua área de residência, mediante o preenchimento de um impresso assinado pelo próprio (ou por representante legal quando se trate de menores de 10 anos de idade ou de incapazes).

Este pedido deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

1. Passaporte ou outro documento de identificação válido;
2. Visto de residência válido, salvo se estiver dispensado;
3. Comprovativo das condições de alojamento;
4. Comprovativo dos meios de subsistência (de rendimentos);
5. Documento comprovativo dos vínculos [ligações] de parentesco, quando se justifique;
6. Certificado de inscrição consular.

Os pedidos de concessão de autorização de residência permanente, para além dos comprovativos dos meios de subsistência e das condições de alojamento, devem ainda ser acompanhados de certificado de registo criminal e de cópia do duplicado da declaração

de IRS relativa ao ano fiscal anterior.

O pedido de concessão de autorização de residência implica o pagamento de uma taxa.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras decide a concessão ou não da autorização de residência no prazo de 60 dias.

<http://www.acime.gov.pt>, consultado a 11-04-2007



CARTA DOS DIREITOS E DEVERES DO UTENTE**DIREITOS DOS DOENTES****1. Respeito pela dignidade humana.**

O doente tem direito a ser tratado no respeito pela dignidade humana.

Trata-se de um direito humano fundamental que adquire particular importância em situação de doença. Deve ser respeitado por todos os intervenientes no processo de prestação de cuidados quer no que diz respeito à prestação técnica, quer ao acto de acolhimento, orientação e encaminhamento dos doentes que deve efectuar-se dentro de uma perspectiva humanizada, segundo a «leges artis». Este direito abrange também as condições das instalações e equipamentos que terão de proporcionar o conforto e o bem-estar que a situação de vulnerabilidade, em que o doente se encontra, requer.

2. Respeito pelas convicções culturais, filosóficas e religiosas.

O doente tem direito ao respeito pelas suas convicções culturais, filosóficas e religiosas.

Considerando que cada doente é um indivíduo com as suas convicções próprias e valores culturais e religiosos, forçoso se torna que as instituições e os prestadores de saúde as respeitem e providenciem a sua satisfação.

O apoio de familiares e amigos deve ser facilitado e incentivado com a finalidade de tornar menos penosa a situação do doente e proporcionar um mais rápido restabelecimento.

Do mesmo modo, deve ser proporcionado o apoio espiritual requerido pelo doente ou, se necessário, por quem legitimamente o represente, de acordo com as suas convicções. Este direito apenas terá como limite condicionalismos inultrapassáveis existentes nas instituições e sua organização, bem como o respeito pelos direitos dos outros doentes.

3. Cuidados apropriados ao estado de saúde.

O doente tem direito a receber os cuidados apropriados ao seu estado de saúde, no âmbito dos cuidados preventivos, curativos, de reabilitação e terminais.

Os serviços de saúde devem estar acessíveis a todos os cidadãos de forma a prestar em tempo útil os cuidados técnicos e cientificamente adequados quer à melhoria da condição do doente e seu restabelecimento, quer ao acompanhamento digno e humano em caso de situações terminais. A determinação da oportunidade e adequação dos cui-

dados deve pautar-se por critérios científicos, não podendo daí resultar qualquer forma de discriminação.

Os recursos existentes deverão ser integralmente postos ao serviço do doente e da comunidade, até ao limite das disponibilidades.

4. Prestação de cuidados continuados.

O doente tem direito à prestação de cuidados continuados.

Em situação de doença devem todos os cidadãos obter dos diversos níveis de prestação de cuidados uma resposta pronta e eficiente que se integre num plano de cuidados continuados, de modo a proporcionar-lhes um acompanhamento adequado até ao seu completo restabelecimento. Os diversos níveis de cuidados devem coordenar-se, de forma a não haver quaisquer quebras na sua prestação que possam ocasionar danos ao doente e sua família. O doente deve ser informado das razões da transferência de um para outro nível de cuidados, bem como da garantia da continuidade da sua prestação. Deste modo se procurará obter a confiança e proporcionar a segurança necessárias ao seu equilíbrio físico e psíquico. Ao doente e sua família devem ainda ser proporcionadas informações e conhecimentos que se mostrem essenciais aos cuidados que o doente deve continuar a receber no seu domicílio. Quando necessário, deverão ser postos à sua disposição cuidados domiciliários ou comunitários.

5. Informação sobre os serviços de saúde existentes.

O doente tem direito a ser informado acerca dos serviços de saúde existentes, suas competências e níveis de cuidados.

Deve estar acessível ao cidadão informação acerca da rede de serviços de saúde locais, regionais e nacionais, competências e níveis de cuidados, regras de organização e funcionamento, de forma a otimizar e a tornar mais cómoda a sua utilização. Os serviços prestadores dos diversos níveis de cuidados devem assegurar que o doente seja sempre acompanhado dos elementos de diagnóstico e terapêutica que sejam importantes para a prossecução do tratamento, de modo a evitar submetê-lo de novo a exames e tratamentos penosos e dispendiosos para a comunidade.

6. Informação ao doente.

O doente tem direito a ser informado sobre a sua situação de saúde.

Esta informação deve ser prestada de forma clara, devendo ter sempre em conta a personalidade, o grau de instrução e as condições clínicas e psíquicas do doente. Especificamente, a informação deve conter elementos relativos ao diagnóstico (tipo de doença), ao prognóstico (evolução da doença), tratamentos a efectuar, riscos associados e eventuais tratamentos alternativos. O doente tem direito a não querer ser informado do seu estado de saúde, devendo essa vontade ser inequivocamente expressa e a indicar, caso o entenda, quem deverá ser informado em seu lugar.

7. Segunda opinião

O doente tem direito de obter uma segunda opinião sobre a sua situação de saúde.

Este direito, que se traduz na obtenção de parecer de um outro médico, permite ao doente complementar a informação sobre o seu estado de saúde, dando-lhe a possibilidade de decidir, de forma mais fundamentada, acerca do tratamento a prosseguir.

8. Consentimento livre e esclarecido.

O doente tem direito a dar ou recusar o seu consentimento, antes de qualquer acto médico ou participação em investigação ou ensino clínico.

O consentimento do doente é imprescindível antes da realização de qualquer acto médico, após ter sido correctamente informado. O doente pode, exceptuando alguns casos particulares, decidir de forma livre e esclarecida se aceita ou recusa um tratamento ou uma intervenção, bem como alterar a sua decisão. Pretende-se assim assegurar o direito à autodeterminação ou seja, a capacidade e a autonomia que os doentes têm de decidir sobre si próprios.

O consentimento pode ser presumido em situações de emergência e, em caso de incapacidade, deve este direito ser exercido pelo representante legal do doente.

9. Confidencialidade.

O doente tem direito à confidencialidade de toda a informação clínica e elementos identificativos que lhe respeitam.

A confidencialidade de toda a informação referente a um doente tem como finalidade proteger a sua esfera privada e personalidade. Contudo, se o doente explicitar o seu consentimento e não houver ilícitos prejuízos para terceiros, ou se a lei o determinar, pode esta informação ser utilizada. É igualmente neste âmbito que se insere a obrigatoriedade

do segredo profissional, a respeitar por todo o pessoal que desenvolve a sua actividade nos serviços de saúde e que se encontra envolvido no tratamento do doente.

10. Acesso à informação clínica.

O doente tem direito de acesso aos dados registados no seu processo clínico.

Toda a informação clínica e elementos identificativos de um doente estão contidos no seu processo clínico. O doente tem o direito de tomar conhecimento dos dados registados no seu processo, devendo essa informação ser fornecida e esclarecedora. A omissão de alguns desses dados apenas é justificável se, fundamentadamente, a sua revelação for considerada prejudicial para o doente ou se revelar informação sobre terceiras pessoas.

11. Respeito pela privacidade.

O doente tem direito à privacidade na prestação de todo e qualquer acto médico. A prestação de cuidados de saúde deve ser sempre efectuada no respeito rigoroso do doente, o que significa que qualquer acto de diagnóstico ou terapêutica só pode ser efectuado na presença de profissionais indispensáveis à sua execução, salvo se o doente consentir ou solicitar a presença de outros elementos. Ainda neste âmbito se considera necessário garantir instalações e equipamentos que assegurem a dignidade e o respeito pelo indivíduo.

A vida privada ou familiar do doente não pode ser objecto de intromissão a não ser que se revele necessária para o diagnóstico ou tratamento e o doente expresse o seu consentimento.

12. Sugestões e reclamações.

O doente tem direito por si ou por organizações representativas, a apresentar sugestões e reclamações.

Deve ser reconhecida a capacidade do doente para, por si, ou por organizações representativas, avaliar a qualidade das prestações e apresentar sugestões ou reclamações. Para esse efeito, existem, nos serviços de saúde, o gabinete do utente e o livro de reclamações. As informações assim obtidas devem ser objecto de análise e constituir um conjunto de dados susceptível de introduzir correcções na organização, de forma a adequá-la a uma maior garantia da satisfação da comunidade em que actua. Esta interacção obriga a que aos doentes seja sempre dado conhecimento, em tempo útil, do

seguimento das suas sugestões ou reclamações.

DEVERES DOS DOENTES

1 - **O doente tem o dever de zelar pelo seu estado de saúde.** Isto significa que deve procurar garantir o mais completo restabelecimento e também participar na promoção da própria saúde e da comunidade em que vive.

2 - **O doente tem o dever de fornecer aos profissionais de saúde todas as informações necessárias** para obtenção de um correcto diagnóstico e adequado tratamento.

3 - **O doente tem o dever de respeitar os direitos dos outros doentes.**

4 - **O doente tem o dever de colaborar com os profissionais de saúde,** respeitando as indicações que lhe são recomendadas e por si livremente aceites.

5 - **O doente tem o dever de respeitar as regras de funcionamento dos serviços de saúde.**

6 - **O doente tem o dever de utilizar os serviços de saúde de forma apropriada e de colaborar activamente na redução de gastos desnecessários.**

In, Revista Portuguesa Clínica Geral, 2005:21



PROTECÇÃO LEGAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**DIÁRIO DA REPÚBLICA - I SÉRIE-A-Nº 87 - 14-04-1999****ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA****Resolução da Assembleia da República n.º 31/99**

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, o seguinte:

1 - Pronunciar-se pela necessidade de serem regulamentadas e executadas, com carácter urgente e prioritário, as seguintes medidas previstas na Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto:

a) A criação de uma rede, a nível nacional, de casas de apoio às mulheres vítimas de crimes de maus-tratos, para atendimento, abrigo e encaminhamento das mesmas;

b) A elaboração e distribuição, a título gratuito e em todo o território nacional, de um guia da violência doméstica, no qual serão incluídas informações práticas sobre os direitos das mulheres que se encontrem nessa situação, os meios processuais a que devem recorrer para fazer valer os seus direitos e os interesses legalmente protegidos, bem como os centros de apoio aos quais podem acudir;

c) A elaboração de uma lei especial que regule o adiantamento, por parte do Estado, da indemnização devida às mulheres vítimas de crimes de maus-tratos, suas condições e pressupostos;

d) A criação, junto dos órgãos de polícia criminal competentes, de secções especializadas para atendimento directo às mulheres vítimas de maus tratos, às quais compete, nomeadamente, ouvir as vítimas, encaminhá-las, prestar a colaboração necessária, providenciar o atendimento das vítimas por técnicos de saúde e pessoal especializado, acorrer aos estabelecimentos hospitalares onde as vítimas se encontrem para encaminhamento da queixa, bem como elaborar relatórios sobre as situações atendidas e encaminhar dados estatísticos;

e) A criação de um gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de violência, que funcionará ininterruptamente durante vinte e quatro horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados;

f) O desenvolvimento de campanhas de sensibilização da opinião pública através dos órgãos de comunicação social, tendo em vista a mudança de mentalidade que faça recuar esta forma de violência, estigmatizando-a como o crime que efectivamente é.

2 - O Governo deve, ainda, ponderar a necessidade de alterar a legislação penal e processual penal no sentido de:

- a) Garantir a criação das condições que se revelem necessárias com vista a assegurar uma aplicação efectiva da medida de coacção de afastamento preventivo do agressor;
- b) Prever, como pena acessória, e atendendo à gravidade dos factos e ao perigo que o condenado represente, a proibição de este se aproximar da vítima.

Aprovada em 25 de Março de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

www.parlamento.pt, consultado a 28-04-2007

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV)

A APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Tem por objectivo dar apoio jurídico, psicológico e social às vítimas de crime. É feito atendimento a vítimas de violência conjugal, violência sexual, de crimes contra idosos e abusos sexuais a menores (ou crianças em risco).

Áreas de intervenção:

As vítimas apresentam frequentemente necessidades básicas a nível de acolhimento, alimentação, situação profissional e saúde. As necessidades a nível alimentar decorrem frequentemente do abandono do lar e, nesta situação o técnico de atendimento deverá informar a vítima de que pode solicitar ajuda no Instituto de Solidariedade e Segurança Social e também em Instituições Particulares de Solidariedade Social vocacionadas para a prestação destes bens, por exemplo a AMI ou a Cruz Vermelha. Havendo necessidade de acolhimento, o técnico aconselha inicialmente a rede primária de suporte (amigos e familiares). Como rede secundária de suporte, o técnico aconselha a vítima a contactar a Linha Nacional de Emergência Social (ISSS) e é encaminhada para Centros de Atendimento, Estudo e Intervenção Social Com ou Sem Residência (CAEI/SR), Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Casas de Abrigo, Pensões e Residências. Todas estas estruturas têm carácter temporário até à autonomização [independência] da(s) vítima(s). A nível social, um dos principais objectivos do técnico da APAV é a (re)inserção profissional. Para isso, o técnico deve acompanhar a vítima ao Instituto de Emprego e Formação Profissional da sua área de residência.

Em situações de violência doméstica, a APAV tem como maior objectivo redefinir o projecto de vida da vítima, o que inclui a sua integração numa Casa de Abrigo, fora do seu distrito de residência para garantir maior protecção. O encaminhamento para Casas de Abrigo deve ser feito somente em último recurso, nomeadamente quando não existe possibilidade de acolhimento em casa de familiares ou amigos.

Como aconselhar a vítima em caso de violência doméstica?

- A) Apresentar queixa contra o marido/companheiro na Guarda Nacional Republicana (GNR);
- B) Ir ao Tribunal e participar junto do Ministério Público a situação para iniciar a Regulação do Poder Paternal (para decidir qual dos cônjuges fica com a guarda da(s) criança (s)
- C) Dirigir-se à Segurança Social para regularizar/alterar a forma de pagamento da prestação do abono de família.

APAV



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM**Artigo 1º**

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento, ou de qualquer outra situação.

Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território independente, sob tutela ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão e o tráfico dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º

Ninguém será submetido a tortura nem a pena de morte ou a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente

Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º

Toda a pessoa tem direito a recurso para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ele seja deduzida.

Artigo 11º

1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público, em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à protecção da lei.

Artigo 13º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no inte-

rior de um Estado.

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º

1. Todo a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º

1. Todo o indivíduo tem o direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17º

1. Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18º

Toda a pessoa tem direito de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equita-

tivas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

Artigo 24º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.
2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27 °

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28°

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração.

Artigo 29°

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30°

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>, consultado a 25-03-2007

AS APOSTAS DO GOVERNO NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

As ideias de Jorge Lacão, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, para combater o tráfico de pessoas.

1. Tráfico

No novo Código Penal (ainda em discussão) o conceito passa a contemplar exploração sexual, laboral, extracção de órgãos e adopção ilegal. Embora constitua, sobretudo, um fenómeno transnacional, o tráfico de pessoas dentro das fronteiras também passa a ser crime.

2. Novos crimes

Os clientes de pessoas traficadas, que disso tenham conhecimento, vão ser punidos com pena de prisão de um a cinco anos. Quem destruir ou ocultar documentos de identificação das vítimas incorre em pena até três anos de prisão.

3. Penas

O tráfico de pessoas continuará sujeito a penas de prisão de dois a oito anos (três a dez, quando implica menores). “Tende a haver uma valorização deste fenómeno, pelo que pode existir espaço para um agravamento, diz o governante.”

4. Protecção das vítimas

A nova Lei da Imigração permitirá a atribuição de autorização de residência às vítimas, mesmo que estas não queiram colaborar com a justiça. Uma decisão que será tomada após um período de reflexão de 30 a 60 dias.

5. CAIM*

Projecto-piloto elaborado por entidades estatais e Organizações Não Governamentais para combater o tráfico de mulheres para exploração sexual. Entra em vigor em Julho de 2007 e contempla, entre outros serviços, um Observatório de Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual e uma casa de acolhimento, com apoio médico, psicológico e jurídico.

Jorge Lacão, em entrevista à revista Visão, 1 de Março de 2007

* O CAIM – *Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão* – é um projecto que envolve a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM), o Ministério da Administração Interna, através do Gabinete Coordenador de Segurança, o Ministério da Justiça, através do Gabinete de Sua. Exa o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, da Polícia Judiciária e do GPLP, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Associação para o Planeamento da Família (APF), através do Espaço Pessoa – Centro de apoio a prostitutas e prostitutos.

O projecto CAIM, que decorrerá até Julho de 2007 e que é financiado pelo Projecto da União Europeia EQUAL, tem como objectivo desenvolver um trabalho interinstitucional na área da prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Assim, é objectivo essencial do projecto CAIM a adopção de uma estratégia coordenada e de responsabilidades partilhadas no combate ao tráfico e no apoio e protecção às vítimas de crime. O projecto abrange as seguintes vertentes:

1. Levantamento de legislação nacional e estrangeira e apresentação de propostas de medidas e políticas que respondam às necessidades de protecção e de assistência às vítimas de tráfico.
2. Aprofundamento do conhecimento do tráfico de pessoas:
 - a) Implementação de um sistema de monitorização do fenómeno do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual;
 - b) Criação e aplicação de um guia de registo para as situações de tráfico;
 - c) Estudo e estimativa do fenómeno do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal, tendo em vista a compreensão das dinâmicas e tendências actuais do fenómeno.
 - d) Desenvolvimento de estratégias de comunicação.
3. Desenvolvimento de medidas de apoio e integração social das mulheres vítimas de tráfico.
4. Formação de técnicos de intervenção, de agentes e serviços de segurança, de mediadores inter-culturais e de mulheres vítimas de tráfico, assim como de formadores, de forma a assegurar os efeitos multiplicadores da formação.
5. Desenvolvimento da cooperação entre os diversos agentes de intervenção, quer a uma escala nacional, quer a uma escala internacional. Assim, e tendo em vista o desenvolvimento da cooperação a nível nacional, foi realizado, no passado dia 6 de Dezembro, o primeiro fórum de discussão promovido pelo CAIM, que contou, precisamente, com

a participação de agentes de intervenção social, de agentes das forças e serviços de segurança e de investigadores, e que teve como principais objectivos dar visibilidade ao problema do tráfico e promover, exercitar e testar modos de intervenção. Por outro lado, no âmbito da cooperação internacional, decorreu na Lituânia, entre 26 e 30 de Novembro de 2005, uma reunião entre o CAIM e as restantes parcerias europeias que integram o Projecto EQUAL (Alemanha, Itália, Letónia, Polónia, Estónia e Lituânia). Nesta reunião, em que esteve presente uma consultora do GPLP em representação do Ministério da Justiça, foram estabelecidos os passos que devem ser desenvolvidos nos próximos meses para a concretização das actividades que compõem o Projecto EQUAL. Até Março de 2006, cabe à parceria portuguesa, e mais precisamente ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Sua. Exa o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça e do GPLP, a coordenação do trabalho de recolha e tratamento da legislação dos parceiros transnacionais relacionada com o tráfico de mulheres para efeitos de exploração sexual.

<http://www.gplp.mj.pt/home/caim.htm>, consultado a 25-03-2007



REGRAS DE ELABORAÇÃO DE UM CARTAZ

Depois de ter feito uma análise e reflexão do tema apresentado no texto de apoio – a reciclagem – pode elaborar um cartaz ilustrativo. O cartaz é uma forma de transmitir uma mensagem a muitas pessoas, por isso deve seguir determinadas regras.

Regras:

- Faça uma pequena margem no cartaz;
- Inclua apenas um assunto no cartaz;
- Faça um esboço prévio, num papel de rascunho, antes de o passar definitivamente;
- Analise e seleccione bem a informação escrita e as imagens que quer inserir no cartaz;
- Utilize linhas-guia para colocar o título;
- A cor das letras do título deve ser grossa, pintada a cheio e de preferência da mesma cor;
- O tamanho das letras deve diminuir, consoante se trate de título, texto ou legenda;
- O texto deve ser breve e ter letras legíveis, pode ser colocado em baixo ou ao lado da imagem;
- As imagens devem ser grandes, sugestivas, ocupar mais espaço que o texto e contrastar com a cor-base da cartolina.

In, Formação Cívica, 3ºCiclo (adaptado)



ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO INTERPESSOAL

As estratégias de negociação interpessoal referem-se aos processos cognitivos de organização da ACÇÃO interpessoal, ou seja, o que pode fazer. Situa-se no campo específico da acção.

Perante a situação que exige resolução, há um processamento de informação que segue um percurso cognitivo para solucionar as situações do quotidiano de interacção com os outros. A resolução de uma dada situação de conflito envolve 4 etapas.

Etapas:

1. Definição do problema
2. Selecção da estratégia de acção
3. Justificação da estratégia
4. Antecipação das consequências

Definido o problema que origina o conflito entre as partes envolvidas é feita a selecção da estratégia de acção a adoptar para a resolução da situação conflituosa. A negociação é uma das formas privilegiadas de gestão eficaz dos conflitos, através do acordo entre as partes. O recurso a esta estratégia permite desenvolver a capacidade de abertura ao diálogo, a capacidade de escuta e de compreensão de pontos de vista diferentes, bem como em encontrar uma solução aceitável para todos. As consequências previstas desta estratégia de acção são a resolução do conflito e o acordo entre os membros envolvidos, em que todos saem a ganhar.

Jardim, J. O Método da animação



O QUE É A SÍNDROME DE ASPERGER?

A Síndrome de Asperger é uma forma de autismo*, uma condição que afecta o modo como uma pessoa comunica e se relaciona com os outros. Entre outras características dos “aspies” [pessoas portadoras da Síndrome de Asperger] podemos destacar as seguintes:

- dificuldade na comunicação
- dificuldade no relacionamento social
- dificuldade no pensamento abstracto

No entanto as pessoas com Síndrome de Asperger (SA) têm problemas de linguagem em menor escala do que as classificadas como autistas, falam mais fluentemente e não têm dificuldades de aprendizagem tão marcadas. Os “aspies” têm normalmente inteligência (Q.I.) média ou mesmo acima da média.

Muitas crianças com SA não são diagnosticadas como tal. São muitas vezes referidas, pela família e professores, como estranhos, excêntricos, originais, diferentes, extravagantes ou esquisitos.

Os casos menos pronunciados, diagnosticados ou não, podem entrar no sistema educativo comum e com o apoio adequado e motivação apropriada, em casa e na escola, podem fazer excelentes progressos, ter sucesso, e mesmo continuar os estudos ao nível universitário e arranjar um emprego.

<http://www.apsa.org.pt>

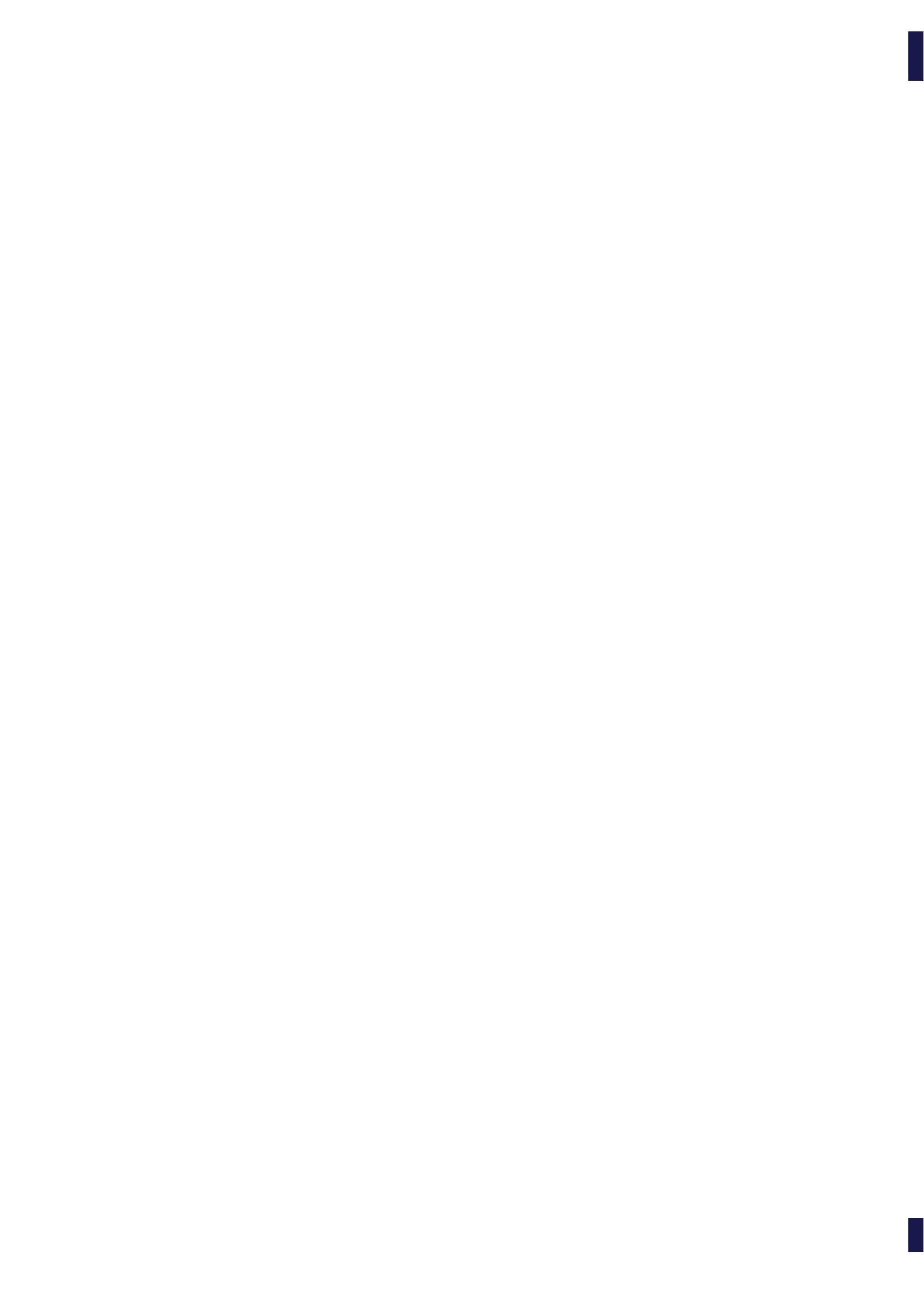
* **Autismo ou Perturbação Autística** – As características essenciais da Perturbação Autística são a presença de um desenvolvimento acentuadamente anormal ou deficitário da interacção e comunicação social e um reportório acentuadamente restritivo de actividades e interesses. As manifestações desta perturbação variam muito em função do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do sujeito. A Perturbação Autística é algumas vezes referida como autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner.

DSM-IV-TR (4ªEd.), 2000



ÍNDICE

- Que fazer perante os comportamentos problemáticos das crianças?
- Gerir interesses de um grupo
- Legalização de imigrantes em Portugal
- Direitos e deveres do utente
- Violência silenciada
- Reconhecer novas formas de escravatura...
- Educar para o ambiente
- Mães profissionais
- Integrar para melhor viver
- Prevenir para não remediar



(as soluções são, na maior parte dos casos, orientações.)

Que fazer perante os comportamentos problemáticos das crianças? P. 24

a)

Comportamentos problemáticos	Fundamentos
Caso 1 - Na escola: falta de atenção; inquietação constante; facilidade de distração; impulsividade - Em casa: inquietação; distração	- Na escola: dificuldade em manter a atenção concentrada nas actividades em sala; perturba o bom funcionamento da aula; interrompe os colegas muito frequentemente. - Em casa: pouco tempo de dedicação a uma mesma actividade; descuido pelas tarefas escolares.
Caso 2 - Na escola: inquietação frequente; dificuldades de aprendizagem; maus comportamentos na sala - Em casa: roubo de objectos de pouco valor; isolamento	- Na escola: fraco rendimento escolar, motivo pelo qual recebe apoio de professores particulares - Em casa: falta de motivos aparentes para o roubo de objectos; negação; evitamento em falar do assunto.

b)

Atitudes dos pais	Possíveis consequências
Caso 1 Desresponsabilização; solicitação de compreensão e respeito pela diferença ao professor; Solicitação ao professor para não aplicar castigos à criança na escola; inflexibilidade; indisponibilidade de colaboração com a escola.	Enfraquecimento das relações sociais na escola; desrespeito pelo cumprimento das regras sociais; desmotivação e perda de interesse na escola.
Caso 2 Solicitação de apoio pedagógico de professores particulares; tentativas de diálogo mal sucedidas com o filho.	Aumento crescente do isolamento social da criança; permanência ou mesmo agravamento dos problemas de comportamento na escola e diminuição do rendimento escolar; sentimentos de insegurança e incompreensão por parte da criança. Manutenção ou agravamento dos problemas em casa.

Atitudes dos professores	Possíveis consequências
Caso 1 Desresponsabilização; Culpabilização da criança; inflexibilidade; indisponibilidade de colaboração com os pais da criança.	Diminuição do rendimento escolar; perda do interesse pela escola; diminuição da auto-estima; enfraquecimento das relações sociais na escola; manutenção ou agravamento dos problemas de comportamento.
Caso 2 Desresponsabilização pelos comportamentos manifestados pela criança na escola	Perda de interesse pela escola; manutenção das dificuldades de aprendizagem e dos problemas de comportamento na sala de aula; isolamento social; sentimentos de insegurança e diminuição da auto-estima.

d) Com base na consulta do documento de apoio podemos considerar as seguintes hipóteses:

Relativamente ao **caso 1**

Tendo em conta as características dos comportamentos manifestados pela criança (dificuldades de atenção e concentração, impulsividade, dificuldade em manter-se tranquilo na realização de uma qualquer actividade, ...) a idade em que se revelam

(antes dos sete anos) e os contextos em que ocorrem (em casa e na escola) [critérios contemplados no Manual Clínico de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-IV-TR] podemos supor que o Luís tem uma Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção.

Relativamente ao **caso 2**

Considerando os comportamentos manifestados pela criança na escola (inquietação, dificuldades de aprendizagem, e distúrbios na sala de aula) e em casa (roubo de objectos de pouco valor e o isolamento) e, tendo em conta os critérios de diagnóstico (contemplados no Manual Clínico de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-IV-TR) para Perturbação do Comportamento, não é possível estabelecer tal diagnóstico clínico.

Gerir interesses de um grupo P. 30

a) A acção de vigília dos trabalhadores à porta da fábrica visa impedir a saída de camiões com encomendas, uma vez que não existem garantias de que o valor proveniente destas seja revertido para a actualização dos seus salários. A outra motivação que comanda esta acção é a luta pela continuidade dos seus postos de trabalho.

b)

Autores	Ações
Trabalhadores	-Cumprimento de um dia de greve: organização de grupos de piquete; -Solicitação de ajuda pela representante dos trabalhadores; -Interdição da saída do camião da fábrica; -Reunião com o presidente da Câmara de Santa Maria da Feira
Presidente da Câmara	-Recepção de um grupo de representantes dos trabalhadores; -Contacto permanente com o secretário de Estado de Emprego; -Compromisso de reunião com membros do Ministério da Economia
Empresa	-Conversações com as entidades governamentais; -Pedido de insolvência; -Negociações com a banca

c) As acções levadas a cabo pelos trabalhadores foram definidas e concretizadas em conjunto. As decisões foram tomadas pelo grupo, sendo que algumas delas foram desempenhadas por representantes.

d) É um líder democrático, por um lado, porque as acções são decididas e debatidas em grupo e os seus elementos esforçam-se por atingir os objectivos definidos, usando diferentes formas de luta (greve, conversações, piquetes). Por outro lado, porque possibilita que as tarefas sejam partilhadas por todos, e não apenas protagonizadas por ele, e ainda porque promove a união do grupo.

e)

	Autoritário	Democrático	Liberal
E S T I L O S D E L I D E R A N Ç A	- Define as orientações gerais a seguir neste conflito com a empresa, sem solicitar a participação do grupo; - Determina as acções e quem deve desempenhá-las, à medida que são necessárias; - As suas decisões dominam no seio do grupo	- O líder debate com o grupo as directrizes a traçar; - O grupo decide as estratégias a usar, de forma a concretizar os objectivos do grupo solicitando, quando necessário, a participação do líder; - Os trabalhadores decidem em grupo a divisão das tarefas, respeitando-se a vontade de cada elemento.	- Os trabalhadores decidem as acções a desenvolver, sem a participação do líder; - O líder não tem voz activa na definição das tarefas a concretizar e, por isso não pode avaliar se os objectivos do grupo estão a ser atingidos

	Autoritário	Democrático	Liberal
C O N S E Q U Ê N C I A S	- Há um clima de tensão e agressividade no grupo; - Os trabalhadores não têm motivação nem iniciativa em levar a cabo as acções impostas pelo líder	- Desenvolvem-se relações de amizade no grupo; - A comunicação é aberta e cordial entre todos os trabalhadores e o líder; - Há um ambiente de satisfação geral	- Os trabalhadores mostram-se insatisfeitos com as acções que desenvolvem nesta situação; - As discussões são frequentes e os elementos do grupo mostram agressividade e pouco respeito pelo líder

f)

Compromissos	
Trabalhadores	- Lutar pela actualização dos salários; - Prosseguir as conversações com as entidades governamentais; - Lutar pela continuidade dos seus postos de trabalho; - Manterem-se unidos
Empresa	- Manter abertas as conversações com a banca e com as entidades governamentais portuguesas
Entidades do governo	- Manter abertas as conversações com a empresa e com os representantes dos trabalhadores; - Manter contacto permanente com o secretário de Estado de Emprego; - Reunir com o Ministério da Economia

g) O conflito vivido na fábrica Rodhe é do tipo fuga-adiamento, porque se verifica uma insatisfação geral e uma tensão permanente relativamente à resolução da situação. Os responsáveis da empresa não revelam disponibilidade de negociação com os trabalhadores. Os resultados deste conflito traduzem-se na manutenção do problema, não se verificando solução para nenhuma das partes envolvidas.

h) A estratégia mais eficaz de resolução do conflito é a negociação, que pressupõe capacidade de definição da natureza do conflito que se vive, isto é, perceber os factores que envolvem o encerramento da fábrica; capacidade de abertura ao diálogo e capacidade de escutar e compreender o ponto de vista de cada uma das partes (dos trabalhadores e da empresa). Por último, esta estratégia de resolução do conflito implica ainda a capacidade de encontrar uma solução aceitável para todos os elementos envolvidos.

(as soluções são, na maior parte dos casos, orientações.)

Legalização de imigrantes em Portugal P. 66

a) Uma das razões que terão levado Portugal a permitir a legalização de muitos imigrantes, designadamente provenientes de países do Leste da Europa é, porventura, conceder-lhes a possibilidade de terem condições de vida dignas no nosso país e garantir que os seus direitos e deveres de cidadãos sejam respeitados. Outra das razões é a necessidade do país da mão-de-obra dos imigrantes.

e) A entidade portuguesa responsável pela legalização de imigrantes é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

g) São necessárias cinco condições para que os imigrantes possam legalizar-se em Portugal: ter um contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com parecer favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT); Não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses; Não ter sido sujeito a medida de afastamento do país e se encontre no período posterior de interdição de entrada em Portugal; Não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação *Schengen* por qualquer das partes contratantes; Não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema integrado de informações do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Ministério da Administração Interna)

Direitos e deveres do utente P. 76

d) As folhas do Livro de Reclamações dispõem de três vias destacáveis de cores diferentes. A via verde é entregue ao utente, a via azul é enviada, no prazo de trinta dias úteis, e a via amarela é enviada, no prazo de trinta dias úteis, ao Gabinete do Senhor Director Geral da Administração Pública.

Assim, uma reclamação por escrito num Serviço de Saúde Pública envolve: a entrega da via verde ao utente, o envio da via azul ao Gabinete do Sr. Ministro da Saúde e o envio, em simultâneo, da via amarela ao Gabinete do Senhor Director Geral da Administração Pública.

Violência silenciada P. 86

b) O efeito directo causado pela introdução da Lei 7/2000 de 27 de Maio foi o aumento de queixas de violência nas esquadras portuguesas.

c) As vantagens da introdução da Lei 7/2000 de 27 de Maio são: o aumento do número de participações de casos de violência doméstica; a possibilidade de denúncia por qualquer cidadão permitindo, porventura, evitar consequências mais graves.

d) A principal desvantagem que advém da introdução desta nova lei é o risco de agravamento da violência por parte do agressor, quando este toma conhecimento da denúncia da situação.

e) Foram aprovadas pelo governo algumas medidas de protecção às vítimas de violência doméstica, de carácter urgente e obrigatório, nomeadamente:

- A criação de uma rede nacional de casas de apoio às mulheres vítimas de crimes de maus-tratos, para atendimento, abrigo e encaminhamento das mesmas para outras instituições;

- A elaboração e distribuição, a título gratuito e em todo o território nacional, de um guia da violência doméstica;

- A elaboração de uma lei especial que regule o adiantamento, por parte do Estado, da indemnização devida às mulheres vítimas de crimes de maus-tratos, suas condições e pressupostos;

- A criação, junto dos órgãos de polícia criminal competentes, de secções especializadas para atendimento directo às mulheres vítimas de maus-tratos;

- A criação de um gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de violência, que funcionará ininterruptamente durante vinte e quatro horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados;

- Realização de campanhas de sensibilização da opinião pública através dos órgãos de comunicação social, tendo em vista a mudança de mentalidade que faça recuar esta forma de violência.

f) AAPAV presta apoios a diferentes níveis a vítimas de violência doméstica. Faz o atendimento, acompanhamento e encaminhamento das vítimas, através dos contactos que estabelece com outras instituições sociais, designadamente o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, a AMI, a Cruz Vermelha, a Linha Nacional de Emergência Social (ISSS), Centros de Atendimento, Estudo e Intervenção Social Com ou Sem Residência (CAEI/SR), Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Casas de Abrigo. O encaminhamento para Casas de Abrigo é feito em último recurso, quando não existe possibilidade de acolhimento em casa de familiares ou amigos da vítima.

(as soluções são, na maior parte dos casos, orientações.)

Reconhecer novas formas P. 97

de escravatura...

b)

Caso “O retalhista português”

Neste caso, os direitos fundamentais violados são os que se descrevem nos **artigos 3º, 4º, 5º e 28º**.

Caso “Jurema”

Neste caso, os direitos fundamentais violados são os que se descrevem nos **artigos 4º e 23º**.

c) No caso do “retalhista português”, o tráfico e exploração de mulheres brasileiras poderia ter sido evitado, se tivesse havido controlo da circulação de pessoas nos postos de fronteira. Dessa forma, impedir-se-ia a entrada no território nacional de estrangeiros que não satisfizessem os requisitos legais para permanecer no país.

d) No caso de Jurema, o aliciamento do homem que lhe trouxe dos papéis para a viagem, associado a factores de ordem socio-económica constituíram os principais factores.

f) As novas medidas do governo de combate ao tráfico de pessoas contemplam: uma mudança do próprio conceito de tráfico, passando a incluir, no novo Código Penal, a exploração sexual, laboral, extracção de órgãos e adopção ilegal. Sendo, sobretudo, um fenómeno transnacional, o tráfico de pessoas dentro das fronteiras também passa a ser crime; os clientes de pessoas traficadas, que disso tenham conhecimento, vão ser punidos com pena de prisão de um a cinco anos. Quem destruir ou ocultar documentos de identificação das vítimas incorre em pena até três anos de prisão; O tráfico de pessoas continuará sujeito a penas de prisão de dois a oito anos (três a dez, quando implica menores); A nova Lei da Imigração permitirá a atribuição de autorização de residência às vítimas, mesmo que estas não queiram colaborar com a justiça. Uma decisão que será tomada após um período de reflexão de 30 a 60 dias; a implementação de um projecto-piloto (CAIM – *Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão*) elaborado por entidades estatais e Organizações Não Governamentais para combater o tráfico de mulheres para exploração sexual. Entra em vigor em Julho de 2007 e contempla, entre outros serviços, um Observatório de Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual e uma casa de acolhimento, com apoio médico, psicológico e jurídico. Envolve a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM), o Ministério da Administração Interna, através do Gabinete Coordenador de Segurança, o Ministério da Justiça, através do Gabinete de Sua. Exa o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, da Polícia Judiciária e do GPLP, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Associação para o Planeamento da Família (APF), através do Espaço Pessoa – Centro de apoio a prostitutas e prostitutos.

Educar para o ambiente P. 108

a) O processo de reciclagem tem início com a separação das embalagens e a deposição das mesmas nos ecopontos.

b) Uma vez recolhidos pelos Sistemas Municipais, os resíduos são transportados para Centrais de Triagem.

c) Nas Centrais de Triagem é feita a selecção rigorosa dos materiais usados, de forma a permitir o encaminhamento dos mesmos para empresas recicladoras.

d) Nas Centrais de Triagem os materiais são separados por categorias: metais, plásticos, vidro, papel e cartão. Os metais são ainda distinguidos em alumínio e aço. O plástico é subdividido em cinco categorias, uma vez que não podem ser recicladas em conjunto: PET, PEAD, Filme, PVC e EPS. As embalagens de vidro são armazenadas até serem enviadas para as unidades de reciclagem onde será feito o seu tratamento. O papel e cartão são enviados para as indústrias papelarias para serem subdivididos em várias dezenas de categorias para serem reciclados.

e) Nas unidades recicladoras os resíduos das embalagens são sujeitos a processos de preparação, como a lavagem e remoção de impurezas (rótulos, etiquetas, tampas, ...), podendo ainda, ser sujeitos a processos de trituração e fundição para serem integrados no fabrico de novos produtos.

(as soluções são, na maior parte dos casos, orientações.)

Mães profissionais P. 114

a)

Maria José Ritta	Silvia Rizzo	Membros constituintes
<p>- Como mãe deve garantir a unidade familiar e ser o suporte emocional dos seus membros;</p> <p>- A responsabilidade de mãe é permanente.</p>	<p>- Ser mãe é estar sempre atenta e acompanhar de perto o dia-a-dia dos filhos;</p> <p>- À responsabilidade profissional sobrepõe-se a responsabilidade de mãe.</p>	<p>- A responsabilidade de mãe deve ser conciliada com a responsabilidade profissional;</p> <p>- Ser mãe implica proporcionar todas as condições de vida aos filhos.</p>

b)

Contexto de vida – **Silvia Rizzo**

Partindo do testemunho da actriz, Silvia Rizzo vivenciou conflitos no desempenho das suas funções de mãe, designadamente quando eram bebés, com o excesso de preocupação e de cuidados, o que a conduziu a um grande desgaste, porque simultaneamente exercia a sua actividade profissional. Actualmente, o conflito residia entre continuar a sua actividade profissional intensa e acompanhar mais tempo os filhos.

Contexto de vida – **R.B.**

Com base no seu testemunho verifica-se que R.B vive em conflito permanente consigo própria, dividida entre as suas responsabilidades de mãe e as de profissional. Tentar conciliar a vida familiar com a profissional não é fácil e, apesar dos esforços desenvolvidos, nem sempre R.B é bem sucedida, o que origina conflitos de ordem pessoal.

. **Silvia Rizzo**

A actriz fez uma opção: parar o ritmo de trabalho e dedicar-se mais aos filhos.

. **R.B.**

Esta mãe procura gerir este conflito tentando conciliar ambas as funções: a de mãe e profissional.

d) **Silvia Rizzo**

“...muito ansiosa...”; “...muito atenta...”; “...um desgaste muito grande...”

R.B.

“...sensação de os ter abandonado...”...quando é que vou ocupar-me de mim?”; “...observando com inveja...”; “...imersa num mar de dúvidas...”

Integrar para melhor viver P. 122

a) A Síndrome de Asperger é uma forma de autismo que se caracteriza por dificuldades a vários níveis: na comunicação, no relacionamento interpessoal e no pensamento abstracto.

b) A existência de uma delegação da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA) em Mirandela traz, com certeza, benefícios para os “aspies” e para os seus familiares. Constituirá essencialmente um mecanismo de apoio para doentes e familiares, mas também um mecanismo de integração social, através das informações e esclarecimentos que poderá dar aos cidadãos e de actividades realizadas na comunidade local.

Prevenir para não remediar P. 126

a) O município de Vila Pouca de Aguiar aposta em medidas de prevenção, sensibilização e vigilância dos fogos florestais.

b)

Recursos	Ações desenvolvidas
Humanos – Pessoas inseridas em programas ocupacionais do Rendimento Social e de Inserção; 125 jovens voluntários; Técnicos Florestais e da Protecção Civil; membros da Câmara Municipal	<p>-Vigilância e controlo das áreas florestais, a fim de evitar a propagação dos fogos;</p> <p>- Campanha de sensibilização junto da população do concelho;</p> <p>- Notificações dos proprietários de florestas que não fizeram a limpeza dos terrenos;</p>
Materiais – Utensílios de limpeza e devastação de florestas; trezentas “bocas-de-incêndio” renovadas e substituídas	<p>- Campanhas de sensibilização em escolas;</p> <p>- Abertura de caminhos florestais em zonas inaccessíveis para os carros dos bombeiros</p>

e) Com vista à recuperação da área florestal ardida no concelho serão tomadas as seguintes medidas: criação de aceiros e pontos de água e plantação de várias folhosas, nomeadamente castanheiros e carvalhos para, futuramente, serem zonas privilegiadas de produção de castanha e de madeira.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA GERAL

APA (2000). DSM –IV –TR - Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (4ªed.). Lisboa: Climepsi Editores.

Instituto do Emprego e Formação Profissional (1999). Desempregado? Pergunte. Nós respondemos. Europress, Lisboa

JARDIM, Jacinto (2003). O Método da Animação. (2ªed.), Editora AVE, Porto

Nogueira, C. e Silva. I. (2001). Cidadania. Construção de novas práticas em contexto educativo. (4ªed.) Edições Asa, Lisboa

REIS, J. Jorge et al. (2005). Formação Cívica. 3ºCiclo (1º e 2º vol.). Porto Editora, Porto

RELVAS, A.P. (2000). O Ciclo Vital da Família. (2ªed.). Edições Afrontamento, Porto

Seleções do Reader's Digest, S.A. Enciclopédia Completa. Quetzal Editores, Lisboa